



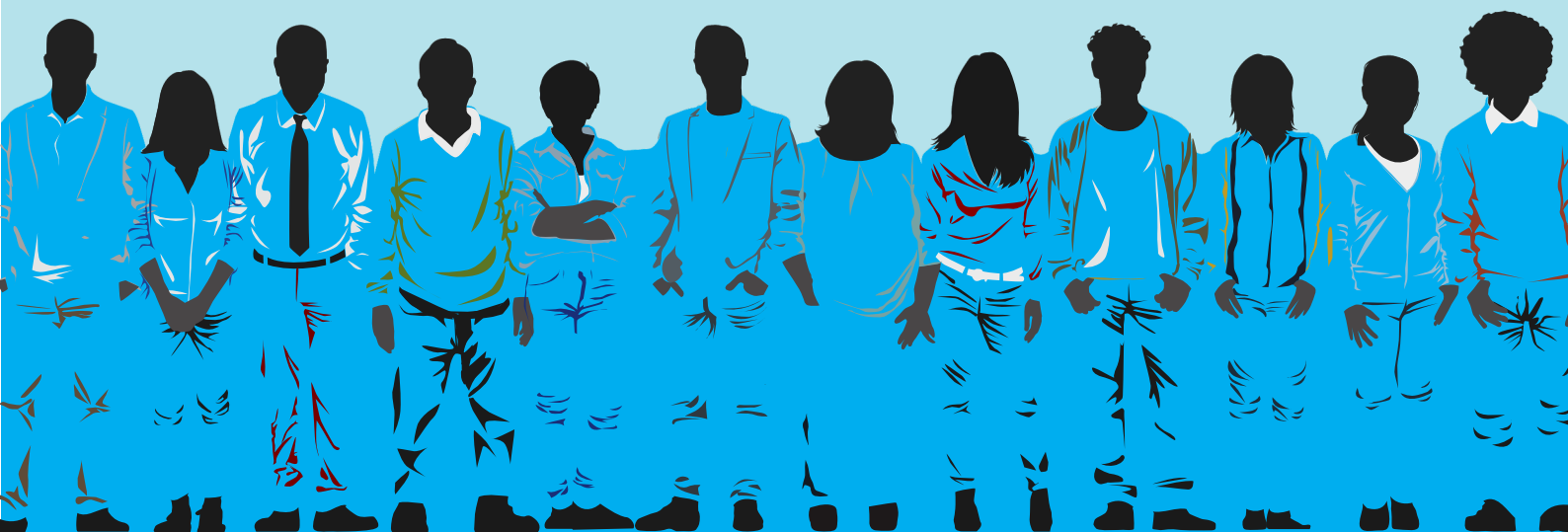
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA



Fundo das Nações Unidas para a População

DINÂMICA DE POPULAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Dezembro 2023





Coordenação

Instituto Nacional de Estatística (INE)
Eliza Mónica A. Magaua, Presidente do INE

Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)
Bérangère Boëll, Representante
Andrea M. Wojnar, Representante (2017-2021)

Ficha Técnica

Comitê Técnico Inter-Institucional

Instituto Nacional de Estatística
Pedro Bernardo Duce, Director Nacional de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais (Coordenador do Comitê)
Elísio Sebastião Mazive, Director Nacional Adjunto de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais
Adelaide Macaba Bazagari, Assessora do Presidente do INE
Abdulai Dade, Chefe do Departamento de Estatísticas e Estudos Demográficos

Fundo das Nações Unidas para a População

Muhammad Asif Wazir, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2023)
Alessio Cangiano, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (até 2022)
Ezekiel Ngure, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2022)
Simão Chatepa, Gestor do Projecto de Censo - Trust Fund

Universidade Eduardo Mondlane

Carlos Arnaldo, Director do Centro dos Estudos Africanos

Processamento de dados

Anselmo Nhane, Chefe do Departamento de Informática e Sistemas de Informação
Muemed Cassimo; Maria Alfeu; João Mangue; Francisco Macaringue;
Luís Bassanhane e Mussagy Ibraimo.

Elaboração do relatório (ICON Institute)

Coordenação

Marco Gozio (Coordenador Geral)
Ralph Hakkert (Coordenador Técnico)

Autores

Gabriel Borges, Carlos Arnaldo, Luciana Luz,
Ramos Muanamoha e Rogers Hansine

Assistência técnica

Jessica Lomelin, Especialista em Comunicação e Desenvolvimento de Parcerias (UNFPA)
Karlina Salu, Oficial da Comunicação (UNFPA)

Maquetização

Danubio Mondlane

PREFÁCIO

Os Censos Demográficos apresentam a fotografia do País no momento da recolha de dados, disponibilizando os dados da população e das habitações, bem como as suas principais características. Estes dados permitem identificar tendências e lacunas de modo a planificar e priorizar os investimentos necessários. O uso dos resultados dos censos pode catalisar mudanças profundas e melhorar a vida de milhões de pessoas.

Moçambique realizou quatro rondas de Recenseamento Geral da População e Habitação (Censos) desde a independência nacional em 1975, que tiveram lugar nos anos 1980, 1997, 2007 e 2017. Segundo as normas internacionais, o intervalo entre os Censos é de 10 anos, embora não se tenha cumprido este prazo entre o primeiro e o segundo Censo devido ao conflito armado no País.

Em Agosto de 2017, o Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou o IV Recenseamento Geral de População e Habitação e em Abril de 2019 iniciou a divulgação dos resultados definitivos e oficiais.

Com recurso à base de dados do Censo 2017, foram realizados 17 Estudos Temáticos, concluídos em 2023 para fornecer uma análise mais profunda sobre os seguintes tópicos: Avaliação dos dados do Censo 2017; Projecções da População; Dinâmica da População; Fecundidade e Nupcialidade; Mortalidade; Mortalidade Materna; Migração e Urbanização; Deficiência; Inclusão Financeira; Situação das Crianças; Condições Socioeconómicas da Juventude; Padrão Linguístico; Agregados Familiares e Condições de Habitação; Força de Trabalho; Género; Educação e População Idosa.

Através dos relatórios dos estudos, a sociedade tem acesso à informação vital do panorama sociodemográfico actualizado de Moçambique, contribuindo assim para informar os processos de planificação e de formulação de políticas baseadas em evidências.

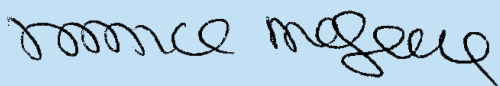
Com os resultados disponíveis, constatou-se que Moçambique mantém uma população jovem e em rápido crescimento, o que apresenta um potencial significativo para colher os benefícios de um dividendo demográfico. Para beneficiar deste dividendo é necessário um investimento adequado na saúde, educação, capacitação e emprego, promoção do capital social e humano e igualdade de género.

Expressamos os nossos mais profundos reconhecimentos a todas as entidades, singulares e coletivas, que contribuíram para a materialização e sucesso do projecto do Censo 2017. Salientamos em particular o apoio técnico e financeiro recebido do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Banco Mundial e do Fundo Fiduciário (Trust Fund) para o IV Censo, constituído pelos Governos do Canadá, Reino Unido, Suécia, Noruega e Itália.

Desejamos igualmente manifestar o nosso maior reconhecimento aos agregados familiares por terem aceitado fornecer os seus dados, bem como aos agentes de campo, com destaque para os recenseadores e guias locais por terem percorrido a extensão do território nacional em busca dos dados relevantes sobre os moçambicanos.

Esperamos um maior uso dos estudos temáticos e que neles se encontre o poder e o valor dos dados, assim como os achados da sua análise. Estes elementos permitirão uma compreensão mais profunda de Moçambique e servirão de referência para sugerir de maneira objectiva onde os investimentos são mais necessários para transformar positivamente a vida das pessoas no presente e das próximas gerações.

Presidente do INE



Eliza Mónica A. Magau

Representante do UNFPA



Bérangère Boëll

Maputo, Junho de 2023

ÍNDICE GERAL

ACRÔNIMOS.....	ii
PREFÁCIO	iii
1. Resumo Executivo	1
2. Introdução.....	2
2.1. Dividendo demográfico	2
2.2. A transição demográfica em Moçambique.....	3
3. Disponibilidade de Dados	5
4. Metodologia.....	6
4.1. Indicadores do crescimento populacional e seus determinantes	6
4.2. Indicadores da estrutura etária da população	6
4.3. Análise da População Estável.....	7
4.4. Decomposição do crescimento populacional	7
5. Resultados.....	8
5.1. Análise do crescimento populacional de Moçambique.....	8
5.2. Determinantes do Crescimento populacional	9
5.2.1. Fecundidade	9
5.2.2. Mortalidade.....	10
5.2.3. Migração.....	11
5.2.4. Componentes demográficos e crescimento populacional.....	13
5.3. Análise das mudanças na estrutura etária e por sexo da população.....	14
5.3.1. Análise para Moçambique por área de residência	14
5.3.2. Análise por Províncias	19
5.3.3. Componentes demográficos e mudança na estrutura etária da população.....	28
6. Interpretação	31
7. Implicações de Política	32
8. Referências	33
9. Anexos.....	35

LISTA DOS GRÁFICOS

Gráfico 2.1 Taxa Global de Fecundidade.....	3
Gráfico 5.1: Pirâmide etária de Moçambique por ano e lugar de residência. Moçambique, 1997, 2007 e 2017	15
Gráfico 5.2: Idade Mediana por ano e área de residência. Moçambique, 1997, 2007 e 2017.....	16
Gráfico 5.3: Ciclos de vida per capita. Moçambique, 2008	18
Gráfico 5.4: Pirâmide etária por província. Moçambique, 1997	19
Gráfico 5.5: Pirâmide etária por província. Moçambique, 2007	21
Gráfico 5.6: Pirâmide etária por província. Moçambique, 2017	22
Gráfico 5.7: Idade mediana por província. Moçambique, 1997, 2007 e 2017	24
Gráfico 5.8: Idade mediana por província e área de residência. Moçambique 1997 - 2017	25
Gráfico 5.9: Razão de sexo por província. Moçambique, 1997, 2007 e 2017	26
Gráfico 5.10: Comparação da estrutura etária observada com a população estável equivalente por província. Moçambique 2017.....	29
Gráfico 5.11: Comparação da estrutura etária observada com a população estável equivalente por área de residência. Moçambique 2017.....	30
Gráfico A.1: Idade média da população de Moçambique por ano e área de residência. Moçambique, 1997, 2007 e 2017.....	35
Gráfico A.2: Idade média por província e área de residência. Moçambique, 1997, 2007 e 2017	36
Gráfico A.3: Idade média por província e área de residência. Moçambique 2017	37

LISTA DOS FIGURAS

Figura 5.1 Taxa de média de crescimento populacional anual por província e período intercensitário (em %), Moçambique 1997 - 2017	9
Figura 5.2: Idade mediana por província. Moçambique, 1997, 2007 e 2017	23
Figura 5.3: Razão de Dependência de Jovens (RDJ). Moçambique. 1997, 2007 e 2017	27
Figura 5.4: Razão de Dependência de Idosos (RDJ). Moçambique, 1997, 2007 e 2017	27
Figura 5.5: Razão de Dependência de Total (RDT). Moçambique. 1997, 2007 e 2017.....	28
Figura A.1: Idade média por província. Moçambique, 1997, 2007 e 2017.....	36

LISTA DOS QUADROS

Quadro 5.1 Taxa de média de crescimento populacional anual por província e período intercensitário (em %). Moçambique 1997 - 2017	8
Quadro 5.2: Taxa Global de Fecundidade por província e para Moçambique – 1997, 2007, 2017 (em filhos por mulher)	10
Quadro 5.3 Esperança de vida ao nascer por província. Moçambique, 2017	11
Quadro 5.4: Taxa líquida de migração e índice de eficácia migratória por Província. Moçambique, 2007-2017	11
Quadro 5.5: Taxa de imigração internacional (*) por Província – Moçambique, 2007 e 2017	13
Quadro 5.6: Decomposição do crescimento populacional por província. Moçambique, 2017 (por mil)	14
Quadro 5.7: Idade mediana, primeiro quartil e terceiro quartil por área de residência. Moçambique, 1997, 2007 e 2017	16
Quadro 5.8: Razão de Sexo por área de residência e ano. Moçambique, 1997, 2007 e 2017	17
Quadro 5.9: Razão de Dependência de jovens (RDJ), idosos (RDI) e total (RDT) por ano. Moçambique, 1997, 2007 e 2017.....	18
Quadro 5.10: Taxa de média de crescimento populacional anual observada e da população estável por província e período intercensitário (em %), Moçambique 2007-2017	30
Quadro A.1: Idade média e desvio padrão por área de residência. Moçambique, 1997, 2007 e 2017	35
Quadro A.2: Síntese dos indicadores por ano e província. Moçambique 1997, 2007 e 2017	38

1. RESUMO EXECUTIVO

Este estudo analisa a dinâmica da população em Moçambique nas últimas duas décadas, com base nas informações do Recenseamento Geral da População e Habitação dos anos de 1997, 2007 e 2017.

Três províncias tiveram um aumento na taxa de crescimento populacional entre os períodos 1997-2007 e 2007-2017: Cabo Delgado, de 2,4% para 3,3%; Sofala, de 2,6% para 2,7%; e Maputo de 4,2% para 4,4%. As demais províncias tiveram redução na taxa de crescimento, seguindo a tendência observada a nível nacional. As maiores reduções ocorreram em Manica, onde a taxa de crescimento passou de 3,9% para 2,5% e Cidade de Maputo, passando de 1,4% para -0,3%.

Apesar das províncias com crescimento populacional mais elevado terem um saldo migratório interprovincial positivo, boa parte do seu crescimento é decorrente do crescimento natural. A diferença entre a Taxa Bruta de Natalidade (TBN) e a Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) nessas províncias aponta para um crescimento natural de mais de 3% ao ano. Essa é uma tendência clássica de regiões que estão a passar pela fase da transição demográfica em que as taxas de mortalidade já apresentam um declínio importante, mas a fecundidade ainda permanece em níveis elevados.

A população rural em Moçambique é significativamente maior que a população urbana. A população urbana, contudo, tem crescido a um ritmo ligeiramente superior. De facto, a percentagem da população urbana tem aumentado nos últimos anos, passando de 29,2% em 2007, para 30,5% em 2007 e 32,5% em 2017. Além das diferenças no volume populacional, o padrão etário também se diferencia por área de residência, tendo a população rural pirâmides etárias com base mais larga que a urbana. Isto reflecte as diferenças no nível e tendência da Taxa Global de Fecundidade (TGF) entre as áreas urbanas e rurais. A idade mediana, que era próxima entre as áreas urbanas e rurais em 1997 (cerca de 16,5 anos), aumentou para 17,3 anos nas áreas urbanas e reduziu para 14,6 anos nas áreas rurais em 2007. Em 2017 a idade mediana chega a 17,6 anos nas áreas urbanas e 14,5 nas áreas rurais. A manutenção de níveis elevados de fecundidade e redução gradual da mortalidade na infância tem contribuído para o rejuvenescimento da população rural.

Existem diferenças provinciais significativas em termos de volume populacional e distribuição etária. As províncias mais populosas – Nampula e Zambézia – apresentam pirâmides de bases largas e, portanto, mais

jovens. As províncias do Sul – Gaza, Inhambane, Maputo e Cidade de Maputo – estão dentre as menos populosas e são também as que apresentam estrutura etária mais envelhecida.

A análise dos indicadores de Razão de Dependência de jovens (RDJ), idosos (RDI) e total (RDT) reforça o grande peso das crianças na população de Moçambique no período analisado. Entre 1997 e 2007, tanto a razão de dependência de jovens quanto a de idosos cresceu, indicando que as populações de crianças e idosos cresceram a um ritmo mais acelerado que a população em idade activa. Esse efeito combinado fez com que a razão de dependência total no país crescesse de 90,5 pessoas em idade dependentes para cada 100 em idade activa para 99,4. Entre 2007 e 2017, a razão de dependência de jovens teve uma redução ligeira, enquanto a razão de dependência de idosos teve um pequeno aumento. Estas duas tendências praticamente se anularam, fazendo com que a razão de dependência total se mantivesse praticamente estável no período (um pouco abaixo de 100%).

Este resultado, de uma redução lenta na RDJ e aumento na RDI, parece ser indício de que o país poderá se beneficiar no futuro de um dividendo demográfico, se atenção especial for dada a estas duas camadas populacionais: jovens e idosos. Os jovens continuam em grande número fruto de uma fecundidade que, mesmo estando a reduzir, continua alta e de um aumento absoluto da população idosa devido a ambos aumento da DRI e aumento absoluto da população.

Na fase em que o país está, com uma razão de dependência a diminuir lentamente, mas ainda elevada, é o momento ideal para investimento em políticas sociais que possam acelerar o processo de transição demográfica através da redução da fecundidade, e criação de condições para o país poder materializar o bônus demográfico no futuro. No entanto, o aproveitamento desta oportunidade depende, em grande medida, da velocidade da redução da fecundidade no futuro próximo e de políticas a serem adoptadas em termos de formação de capital humano e mercado de trabalho.

2. INTRODUÇÃO

Este estudo analisa a dinâmica da população em Moçambique nos últimos 20 anos. A dinâmica demográfica dos países tem sido objecto de interesse de pesquisadores e fazedores de políticas desde a antiguidade, primeiro para assegurar um tamanho populacional que conferisse poder e vantagem militar para enfrentar as guerras pela conquista de territórios que caracterizaram as sociedades da altura e, segundo, para garantir a mão-de-obra para o processo produtivo (Demeny 2003). Mais tarde, a preocupação com a dinâmica demográfica teve como foco o desequilíbrio entre o crescimento da população e a disponibilidade de meios de subsistência. Este debate, sobre a relação ente população e desenvolvimento, gerou muita controvérsia com uns a defenderem que o crescimento acelerado da população era uma das principais causas da pobreza e subdesenvolvimento, e outros a considerarem que a pressão demográfica resultante do crescimento populacional seria vantajosa porque estimularia a inovação (Ross 1998). Foi nesse contexto que, a partir da década de 70, vários governos e organizações internacionais começaram a promover programas de desaceleração do crescimento populacional como forma de acelerar o desenvolvimento dos povos, em particular nos países em desenvolvimento. A conferência de população de Bucareste em 1970 terá sido a primeira onde a relação entre a dinâmica da população e o desenvolvimento económico foi mais notório. Este movimento, ganhou maior ímpeto após a Conferencia Internacional sobre População e Desenvolvimento realizada em 1994 no Cairo, Egipto, onde a redução do ritmo de crescimento populacional foi considerada um factor importante para acelerar o desenvolvimento económico dos países (United Nations 2003).

A dinâmica da população é resultado das suas principais componentes, a natalidade, mortalidade e migração e enquadra-se, teoricamente, no processo da transição demográfica, processo através do qual as sociedades passam de um crescimento lento devido a elevadas natalidade e mortalidade para um outro também com um crescimento lento, mas resultante de ambas natalidade e mortalidade baixas. A transição demográfica é acompanhada por transformações na estrutura etária da população e com consequências no tipo e na magnitude da demanda dos serviços essenciais da população. Uma das transformações ocorre quando, com a redução do nível de fecundidade, a proporção dos menores de 15 anos reduz e a proporção da população em idade de activa (15-64) aumenta, com consequente redução da razão de dependência, relação entre a população em idade dependente (menores de 15 anos e maiores

de 64 anos) e a população em idade activa (15-64 anos). Havendo políticas adequadas que resultem no enquadramento deste potencial da força de trabalho no processo produtivo, o país pode tirar benefícios económicos, geralmente designado por dividendo demográfico (Bloom et al. 2007; Bloom, Canning e Sevilla 2003).

Em Moçambique, a dinâmica demográfica dos últimos anos tem sido marcada por uma redução gradual da mortalidade e manutenção de nível de fecundidade elevada, contribuindo para uma taxa de crescimento populacional anual superior a 2%. Este crescimento e manutenção de estrutura populacional jovem tem colocado desafios na provisão dos serviços essenciais como educação, saúde e emprego. Este trabalho faz uma análise aprofundada dos dados dos últimos três censos realizados no país para compreender as mudanças ocorridas entre 1997 e 2017 na taxa de crescimento populacional e na estrutura etária da população e seus determinantes. Também procura perspetivar mudanças futuras na estrutura etária da população e suas implicações socioeconómicas.

2.1. Dividendo demográfico

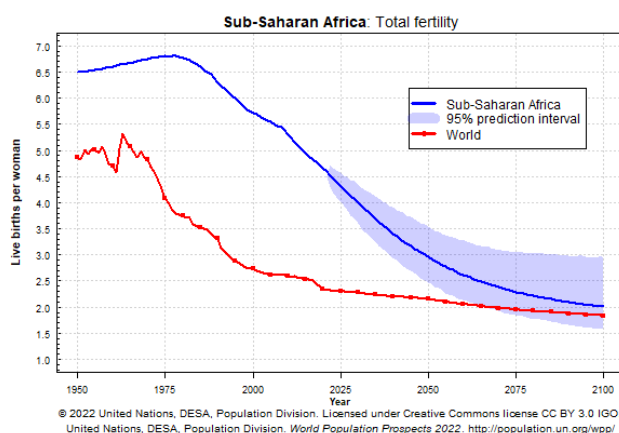
Ao longo da transição demográfica, processo no qual a população passa pela redução dos níveis de mortalidade e fecundidade, ocorrem transformações na estrutura etária que não são neutras do ponto de vista do desenvolvimento socioeconómico. Pelo contrário, a mudança na estrutura etária decorrente da transição demográfica pode ter implicações importantes para o crescimento económico, na medida em que afecta a proporção da população em idade activa e as razões de dependência jovem e idosa.

A transição demográfica é tipicamente iniciada com queda na mortalidade, mais especificamente na mortalidade infantil, o que dá início a um período de rápido crescimento populacional. O ritmo e duração do crescimento populacional subsequente varia entre populações, dependendo do momento e ritmo de queda da fecundidade que se segue. Ao longo deste processo, a estrutura etária marcadamente jovem, característica de regimes de fecundidade mais altos, passa a ter distribuição envelhecida, passando por um período intermediário no qual os grupos etários em idade activa ganham importância relativa na população. Este período intermediário na transição da estrutura etária é caracterizado pelas taxas de crescimento superiores das faixas etárias entre 15 e 64 anos em relação ao

resto da população. Neste momento da transição demográfica, a queda na razão de dependência e a crescente disponibilidade de população em idade activa para a força de trabalho representam uma oportunidade do ponto de vista económico. Neste sentido, o bônus demográfico, ou dividendo demográfico, representaria o potencial ganho económico de mudanças favoráveis na estrutura etária (Bloom et al. 2003, Cleland, 2012.). A efectiva realização deste potencial vai além dos ganhos mecânicos produzidos pelo aumento da população em idade activa, e está relacionado ao capital humano gerado, e à poupança e investimentos realizados no período (Boom et al. 2003, Bloom et al. 2017).

Moçambique, como outros países da África Subsaariana, encontra-se ainda no estágio inicial da transição demográfica, no qual a queda da mortalidade foi iniciada, dando início a um rápido crescimento populacional, mas a fecundidade permanece elevada. Neste contexto, a estrutura etária permanece muito jovem, e a razão de dependência elevada. No entanto, a expectativa de que a fecundidade inicie sua transição para níveis mais baixos, levanta questões sobre a existência de um bônus demográfico iminente, e sobre como aproveitar o momento demográfico favorável para o desenvolvimento socioeconómico da região. O Gráfico 2.1 apresenta uma projecção probabilística das Nações Unidas (2022) para a taxa global de fecundidade na África Subsaariana até 2100. A projecção indica uma queda sustentada da fecundidade nas próximas décadas, e, possivelmente, a transição da estrutura etária.

Gráfico 2.1 Taxa Global de Fecundidade



Canning et al (2016) alerta para que a o dividendo demográfico seja efetivamente alcançado na África Subsaariana, é necessário enquadrar adequadamente o grande contingente de jovens que estarão disponíveis no mercado de trabalho, em empregos de produtividade elevada e no setor formal, ao contrário do cenário actual. Neste sentido, políticas educacionais e de saúde que garantam a formação de capital humano e a oferta de mão de obra com produtividade elevada precisariam ser

orquestradas com políticas institucionais e económicas que garantissem a absorção eficiente da força de trabalho (Cleland, 2012; Canning et al. 2016, Mason et al. 2016).

Bloom et al. (2017) ressaltam que, a medida em que a queda sustentada produz efeitos sobre a estrutura etária, especialmente a queda da razão de dependência jovem, recursos ficam disponíveis para investimento tanto no âmbito das famílias quanto dos governos, possibilitando o aproveitamento do dividendo demográfico. Políticas de saúde e educação, assim como investimentos em infraestrutura e mercado de crédito seriam centrais para a realização do potencial económico contido no bônus. A implementação e efetividade destas políticas dependem, no entanto, de avanços institucionais políticos, económicos e financeiros (Bloom et al. 2017). Independentemente da capacidade institucional para o desenho e implementação de políticas que viabilizem o bônus, do ponto de vista micro, a queda da fecundidade produziria aumento de capital humano ao facilitar o investimento intradomiciliar. A redução no tamanho da família, com menos crianças por família e, portanto, menor competição por recursos do orçamento familiar, permite elevar o gasto privado per capita em saúde e educação (Cleland 2012).

Em suma, a transição da fecundidade esperada para os países da África Subsaariana, e a consequente transição da estrutura etária, podem criar um momento oportuno para o crescimento e desenvolvimento económico. A plena realização deste potencial depende, principalmente, de medidas institucionais e políticas públicas que garantam a qualidade da força de trabalho, e o dinamismo económico necessário para sua utilização eficiente.

2.2. A transição demográfica em Moçambique

As mudanças ocorridas na população moçambicana desde a segunda metade do século XX indicam o início da transição demográfica no país, especialmente nas últimas décadas deste século. Conforme discutido por Arnaldo e Muanamoha (2013), a taxa de crescimento da população oscilou por diferentes razões a partir de 1950, com tendência de crescimento, com excepção do período entre 1980 e 1997, marcado pela guerra civil no país. O aumento da taxa de crescimento, segundo os autores esteve ligado a investimentos de infraestrutura locais, além da expansão dos serviços de saúde, o que pode ter alavancado ganhos na mortalidade (Arnaldo e Muanamoha, 2013). Neste sentido, a transição demográfica em curso em Moçambique foi iniciada por ganhos de mortalidade, especialmente na mortalidade infante-juvenil após a independência. A queda

mortalidade infantil foi propiciada por avanços no acesso à medicina moderna através da criação do sistema nacional de saúde, além da implementação de políticas de saúde sistemáticas, focadas principalmente na saúde materno-infantil e campanhas de vacinação (Arnaldo e Muanamoha, 2013).

A queda na mortalidade infanto-juvenil, juntamente com a manutenção da fecundidade em níveis elevados, propiciou o aumento na taxa de crescimento populacional entre as décadas de 60 e 70. Após o longo período de guerra civil, volta-se a perceber a aceleração do crescimento a partir de 1997. Entre 1997 e 2007 a população moçambicana cresceu à taxa média de 2,7% ao ano ((Arnaldo e Muanamoha, 2013), e 2,6% ao ano na década seguinte, entre 2007 e 2017 (Ibraimo, 2022).

As mudanças na mortalidade, propulsoras da transição demográfica em Moçambique desde a década de 50, representaram um aumento na esperança de vida ao nascer de 35,1 anos em 1950 para cerca de 51 anos em 2007 (Arnaldo e Muanamoha, 2013), ganho produzido principalmente pela queda na mortalidade infantil, mas também por progressivos ganhos na mortalidade adulta, segundo Arnaldo e Hansine (2015). A taxa de mortalidade infantil (TMI) caiu de 231 por mil em 1950 para 93,6 por mil em 2007 (Arnaldo e Muanamoha, 2013). Cabe ressaltar que os ganhos percebidos na mortalidade sofreram choques exógenos importantes no período, como a guerra civil e a epidemia de HIV e SIDA, sem os quais as mudanças percebidas poderiam ter sido ainda maiores.

Por outro lado, a taxa global de fecundidade passou por poucas mudanças no mesmo período. Apesar de apresentar queda desde 1950, a fecundidade permanece em níveis muito elevados. Arnaldo e Hansine (2014) discutem que a TGF moçambicana caiu lentamente entre 7,1 filhos por mulher em 1950, para 5,7 em 2007, apresentando uma leve alta em 2011, quando chegou a 5,9. Este comportamento de queda inconsistente da fecundidade é percebido em outros países da África Subsaariana, e ficou conhecido na literatura com *stalling fertility* (estagnação da redução da fecundidade) (Garenne, 2008; Shapiro e Gebreselassie, 2008). Este fenômeno, percebido em diversos outros países

da África desde a década de 90, é caracterizado pela interrupção de uma tendência de queda na TGF, geralmente lenta, que estaciona em níveis ainda elevados e longe do nível de substituição. Entre os determinantes deste comportamento pode-se ressaltar a manutenção de níveis ainda elevados do número de filhos desejados, a baixa prevalência no uso de métodos contraceptivos, e a entrada em uniões em idades muito jovens (Shapiro e Gebreselassie, 2008). Há, no entanto, diferenças relevantes no comportamento reprodutivo nas áreas urbanas e rurais, no qual é possível notar uma tendência de queda mais expressiva nas áreas urbanas nas últimas décadas. Em 1980, a TGF rural era de 6,9, e passa a 6,4 em 2007. Já na área urbana, a TGF cai de 5,7 para 4,3. Arnaldo e Muanamoha (2013) estimam que, entre os recenseamentos de 1997 e 2007, a TGF reduziu cerca de 20% nas áreas urbanas, enquanto a diminuição foi de apenas 3% nas áreas rurais. A queda na fecundidade entre as mulheres residentes em área urbana tem sido associada ao maior acesso à métodos contraceptivos, maiores níveis de escolaridade e de participação no mercado de trabalho (Shapiro e Gebreselassie, 2008; Agdjanian 2001).

As diferenças entre as áreas rural e urbana em Moçambique são marcantes tanto na fecundidade quanto na mortalidade, e ajudam a colocar em perspectiva as tendências futuras na transição demográfica moçambicana. Paralelamente à transição demográfica, Moçambique tem vivenciado uma rápida transição urbana, caracterizada pelo crescimento acelerado dos espaços urbanos, que passam a concentrar uma parte cada vez maior da população total. Segundo Ibraimo (2022), as áreas urbanas concentravam cerca de 33,4% da população total do país.

3. DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados básicos para este estudo são os dos censos populacionais de 1997, 2007 e 2017, dos quais a equipa de pesquisa dispõe das respetivas amostras de 10%. Para complementar a análise das bases acima referidas, são usados os resultados de outros estudos, como são os casos do estudo A, sobre a qualidade dos dados, bem como os estudos B, C e E, que tratam das componentes fecundidade, mortalidade e migração respetivamente.

Os dados são utilizados tendo em conta os possíveis erros e seus impactos nos resultados do estudo. Por isso, é usada a avaliação feita no estudo A. Com particular interesse para este estudo está a qualidade de dados sobre a distribuição da população por idade e sexo. O relatório do Estudo A aponta, por exemplo, para erros de declaração da idade, um padrão atípico da razão de sexos marcada por uma falta de meninos nas primeiras idades e excesso nas idades 10-14, erros da declaração da educação e da ocupação (Turra et al. 2022). Todos estes erros têm potencial de afetar a análise de estrutura etária neste estudo.

As informações dos estudos de fecundidade, mortalidade e migração são também fundamentais para a determinação do peso de cada uma das componentes demográficas nas mudanças no tamanho e estrutura populacional.

As principais análises da dinâmica da população são feitas utilizando apenas as informações dos dados dos três últimos recenseamentos conduzidos em Moçambique: 1997, 2007 e 2017. Com base nessas três fontes de dados é possível calcular a taxa de crescimento populacional nos períodos intercensitários, bem como calcular indicadores síntese da estrutura etária, como idade média, idade mediana e razão de dependência.

Para uma análise mais abrangente da dinâmica demográfica, o que inclui a inter-relação entre as componentes demográficas (fecundidade, mortalidade e migração) e a estrutura populacional, bem como a decomposição das mudanças na população, é preciso lançar mão das estimativas resultantes dos demais estudos relacionados.

As bases dos censos de 1997, 2007 e 2017 utilizadas contêm, respetivamente, 1 529 235, 2 059 076 e 2 684 267 registos, correspondentes a uma amostra de 10% da base de indivíduos dos respetivos recenseamentos. Apenas na base do censo de 2017 há a variável de ponderador. Para as bases de 1997 e 2007 foi utilizado um ponderador único (10) para todos os indivíduos.

4. METODOLOGIA

Esta secção descreve a metodologia utilizada neste estudo, bem como os principais indicadores apresentados.

4.1. Indicadores do crescimento populacional e seus determinantes

A taxa de crescimento populacional anual (r), em termos percentuais, é dada por:

$$r = \frac{\ln(P_2/P_1)}{t} \times 100$$

onde P_1 e P_2 são as populações nos anos censitários e t é o período intercensitário, no presente caso 10 anos.

O tempo de duplicação ("doubling time") indica o tempo necessário, em anos, para uma população dobrar de tamanho caso se mantenha constante determinada taxa de crescimento. O tempo de duplicação é dado pela fórmula abaixo:

$$TD = \frac{\ln(2)}{r}$$

4.2. Indicadores da estrutura etária da população

Uma das formas de se comparar a estrutura etária de uma população é uma análise visual da pirâmide etária. Contudo, muitas vezes é necessário analisar os indicadores únicos que resumem a distribuição etária, como a idade média e a idade mediana. A idade média é simplesmente a média aritmética das idades das pessoas na população. A idade mediana é a idade que divide a população em duas metades iguais. Cada uma dessas medidas tem vantagens e desvantagens. A idade média é fácil de entender, mas – como as distribuições etárias não são simétricas – tende a diferir consideravelmente da idade da maioria dos indivíduos da população. Uma vantagem da mediana é que não é preciso ter as idades exatas de todos os indivíduos da população. Em particular, um intervalo aberto de idade (por exemplo 90 anos ou mais) não representa obstáculo para o cálculo da mediana, mas obriga a fazer suposições sobre a distribuição de pessoas nessa faixa etária mais avançada (Goldstein 2009). Além das medidas de tendência central (média e mediana), são calculadas também medidas de dispersão (intervalo interquartil e desvio padrão).

A Razão de dependência expressa o peso da população potencialmente inactiva sobre a população potencialmente activa.

A Razão de Dependência de Jovens (RDJ) indica o número de pessoas jovens em idades potencialmente inactivas (0 a 14 anos) para cada 100 pessoas em idades potencialmente activas (15 a 64 anos):

$$RDJ = \frac{P_{0-14}}{P_{15-64}} \times 100$$

A Razão de Dependência de Idosos (RDI) indica o número de pessoas idosas em idades potencialmente inactivas para cada 100 pessoas em idades potencialmente activas:

$$RDI = \frac{P_{65+}}{P_{15-64}} \times 100$$

A Razão de Dependência Total indica o número de pessoas em idades potencialmente inactivas para cada 100 pessoas em idades potencialmente activas e é dada pela soma da RDJ e da RDI:

$$RDT = RDJ + RDI$$

4.3. Análise da População Estável

População estável refere-se a uma população teórica, fechada à migração, e que experimenta durante um longo período de tempo taxas constantes de mortalidade e fecundidade. Essas características acarretam a taxas de crescimento populacional constantes ao longo do tempo, para todos os grupos etários, bem como manutenção da estrutura etária proporcional.

O conceito de populações estáveis tem vários usos no campo da demografia, sendo usado para o desenvolvimento de técnicas de estimativas demográficas, bem como comparação com populações reais, o que, por sua vez, indica características importantes sobre a dinâmica demográfica da população em questão.

No âmbito deste estudo, foram calculadas as populações estáveis equivalentes para o ano de 2017. Estas são as populações estáveis implícitas às estimativas de fecundidade e mortalidade calculadas com base nos dados do Censo 2017 e publicadas nos Estudos B e C. Cada conjunto de taxas específicas de fecundidade e mortalidade resulta em uma taxa de crescimento populacional, denominada taxa de crescimento intrínseca, que pode ser estimada iterativamente.

De posse da função ${}_nL_x$ da tabela de mortalidade e da taxa de crescimento intrínseca r , é possível calcular distribuição proporcional da população para cada grupo etário com idade entre x e $x + n$ dividindo-se os valores de ${}_nL_x e^{-r(x+n/2)}$ cada grupo pela soma de todos os grupos (Grupo de Foz, 2021).

4.4. Decomposição do crescimento populacional

Com o propósito de se estimar a contribuição de cada componente demográfico (fecundidade, mortalidade e migração) para o crescimento populacional, foram estimadas as taxas brutas de mortalidade (TBM) e fecundidade (TBN), bem como a taxa líquida de migração (TLM) para o ano de 2017.

$$r = \frac{TBM + TBN}{\text{Taxa de crescimento natural}} + TLM$$

As TBM foram calculadas com base nas estimativas do Estudo C, para as TBN foram usadas as estimativas do Estudo B e as TLM foram calculadas com base no Estudo E, anualizando as taxas quinquenais calculadas para o período 2012-2017. Destaca-se que nestes cálculos são consideradas apenas as migrações interprovinciais, e não as migrações internacionais.

5. RESULTADOS

Este capítulo apresenta os principais resultados deste estudo, divididos em duas secções: análise do crescimento populacional e seus determinantes; e análise das mudanças na estrutura etária da população. As análises são feitas, sempre que possível, por área de residência (urbana ou rural) e província, para os três últimos censos: 1997, 2007 e 2017.

5.1. Análise do crescimento populacional de Moçambique

Segundo os dados utilizados nesse estudo¹, a população residente de Moçambique passou de 15,3 milhões em 1997 para 20,6 milhões em 2007, chegando a 26,9 milhões em 2017. Essa variação populacional representa uma taxa de crescimento populacional anual de 3,0% entre 1997 e 2007 e de 2,7% entre 2007 e 2017.

Nota-se, assim, que a taxa de crescimento populacional do país reduziu um pouco na última década, mas segue em patamares elevados. Mantendo-se constante uma taxa média anual de 3,0%, o tempo de duplicação da população é de 23 anos. Com uma taxa média anual de 2,7%, a população duplica o seu tamanho em 26 anos.

O Quadro 5.1 mostra a taxa de crescimento médio anual por província e período intercensitário. Nota-se que existem diferenças regionais muito grandes; algumas províncias, como Niassa, Tete e Maputo Província têm alto crescimento para ambos os períodos; províncias como Inhambane, Gaza e Cidade de Maputo têm tido crescimento populacional bem abaixo da média nacional.

Três províncias tiveram um aumento na taxa de crescimento populacional entre os períodos 1997/2007 e 2007/2017: Cabo Delgado, de 2,4% para 3,3%; Sofala, de 2,6% para 2,7%; e Maputo de 4,2% para 4,4%. As demais províncias tiveram redução na taxa de crescimento, seguindo a tendência observada ao nível nacional. As maiores reduções ocorreram em Manica, onde a taxa de crescimento passou de 3,9% para 2,5% e Cidade de Maputo, passando de 1,4% para -0,3%.

Quadro 5.1 Taxa de média de crescimento populacional anual por província e período intercensitário (em %). Moçambique 1997 - 2017

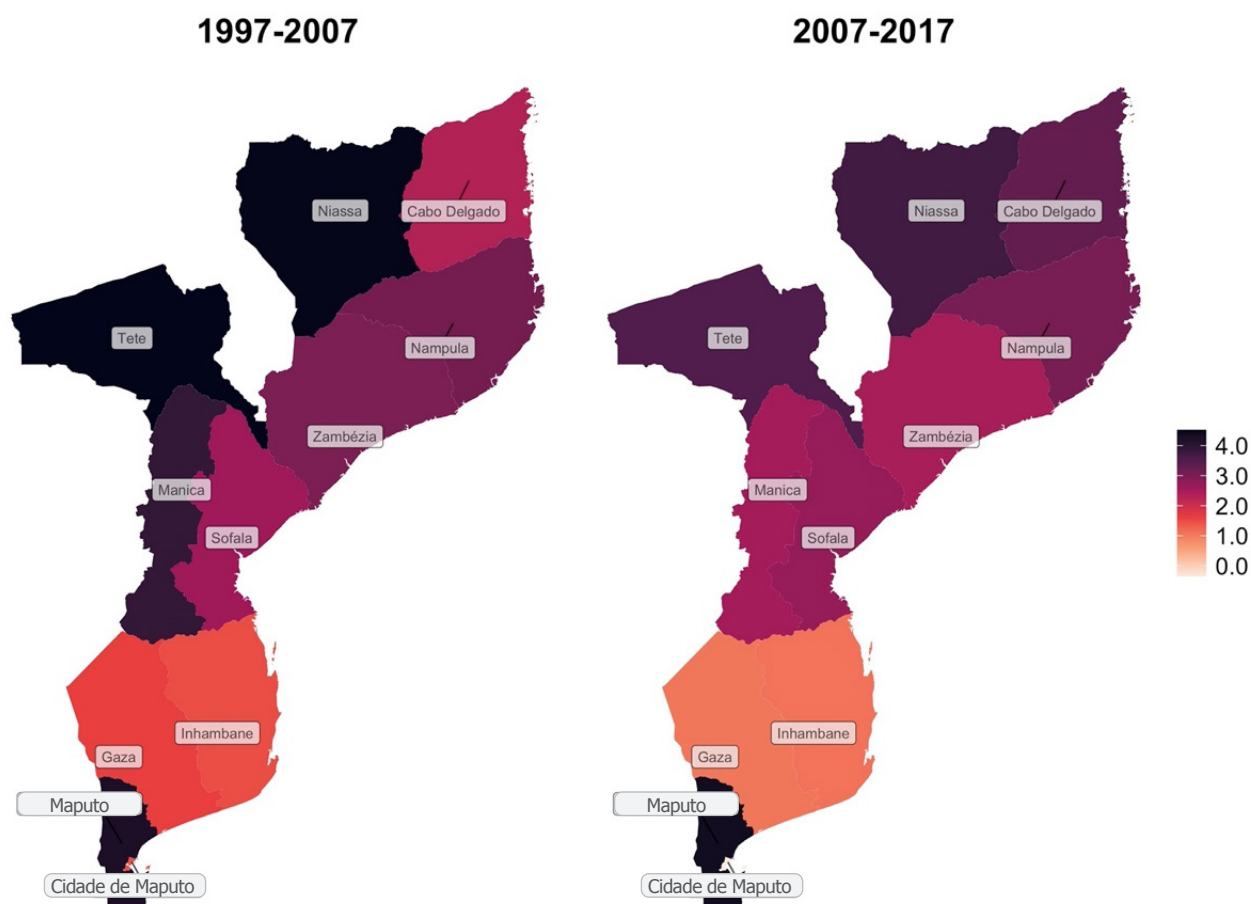
Província	2007-1997	2017-2007
Niassa	4,5	3,7
Cabo Delgado	2,4	3,3
Nampula	3,1	3,0
Zambézia	3,0	2,5
Tete	4,5	3,5
Manica	3,9	2,5
Sofala	2,6	2,7
Inhambane	1,5	1,1
Gaza	1,6	1,1
Maputo	4,2	4,4
Cidade de Maputo	1,4	-0,3

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

¹Conforme descrito na secção 3, os dados básicos para este estudo são as amostras de 10% dos censos de 1997, 2007 e 2017, de forma que as cifras apresentadas podem não coincidir com as cifras oficiais publicadas pelo INE utilizando as bases completas dos respectivos censos. Entende-se, contudo, que os resultados e análises não são afectados por estas pequenas discrepâncias.

A Figura 5.1 apresenta a mesma informação do 5.1 em forma de mapa.

Figura 5.1 Taxa de média de crescimento populacional anual por província e período intercensitário (em %), Moçambique 1997 - 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

5.2. Determinantes do Crescimento populacional

Esta secção apresenta um resumo da tendência de cada componente demográfico (fecundidade, mortalidade e migração), para então discutir a contribuição de cada um deles no crescimento populacional de Moçambique.

5.2.1. Fecundidade

A fecundidade é responsável pelas entradas da população via nascimentos e a sua dinâmica é a principal responsável pela forma da estrutura etária da população. O Quadro 5.2 apresenta a Taxa Global de Fecundidade (TGF) estimada pelo Estudo B desta série de estudos temáticos (Arnaldo et al. 2022) por província, para os anos de 1997, 2007 e 2017. A TGF apresenta uma tendência de queda em todas as províncias, sobretudo nas províncias do sul do país, em particular nas províncias de Maputo Província e Cidade de Maputo, com taxas mais baixas e já abaixo de 4 filhos por mulher desde 2007. Nas províncias do centro e norte

a queda foi mais expressiva entre os dois últimos censos. Estas províncias, nomeadamente, Manica, Tete, Sofala, Nampula, Niassa e Zambézia, ainda tinham, em 2017, taxas de fecundidade acima de 5 filhos por mulher. Para todos os anos e províncias a TGF é maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas.

O nível e a tendência da taxa global de fecundidade parece responder aos seus determinantes próximos: a idade à iniciação sexual, a percentagem de mulheres unidas ou casadas, a insusceptibilidade pós-parto, a esterilidade e a taxa de prevalência de uso de contraceptivos modernos (Bongaarts 1978, 2015). Os principais determinantes próximos de fecundidade em Moçambique são a percentagem de mulheres sexualmente activas e/ou em uniões conjugais e o uso de métodos de contracepção, e a sua dinâmica varia muito entre as três regiões (norte, centro e sul) do país (Arnaldo 2015). Dados de inquéritos representativos nacionais mostram que metade das

mulheres em Moçambique são sexualmente activas aos 16 anos e unidas e mães por volta dos 19 anos (ICF Internacional 2015). Os dados do estudo B mostram que em média as mulheres se unem aos 18 anos, sendo abaixo de 18 anos nas províncias do norte (Niassa, Cabo Delgado e Nampula), e acima de 20 anos nas províncias da região sul; cerca de 40% das raparigas de 17 anos já estavam unidas em 2017, sendo mais de metade nas províncias do norte e menos de 22% nas sul (Arnaldo et al. 2022). Embora a percentagem de mulheres usando métodos modernos de contracepção tenha aumentado de 5,1% em 1997 para 25,3% em 2015, ela apresenta uma grande variação segundo província, de 14,4% em Sofala para 46,5% em Cidade de Maputo, em 2015; a demanda não satisfeita ainda é grande aos 23,1% em 2015, sobretudo para as adolescentes e jovens (ICF Internacional 2015), o que as expõe a gravidezes não desejadas.

O nível de escolaridade, sobretudo da mulher, tem sido considerado um factor importante para o comportamento da fecundidade por retardar as uniões e promover o uso de métodos de contracepção. Em Moçambique, apesar de melhoria últimos anos, os níveis de analfabetismo continuam altos e com grandes disparidades provinciais. Em 2017, 39% (27% homens e 50% mulheres) da população com idade igual ou superior a 15 anos não sabia ler nem escrever. As taxas de analfabetismo estão abaixo de 30% nas províncias da região sul, entre 35% e 48% nas do centro e entre 49% e 53% nas províncias da região norte (Carvalho, Luz e Fernandes 2022). Igualmente, a percentagem de crianças em idade escolar (6-17 anos) que estavam fora da escola era maior nas províncias do Norte (50% ou mais) que nas províncias do sul do país (16% ou menos).

Quadro 5.2: Taxa Global de Fecundidade por província e para Moçambique – 1997, 2007, 2017 (em filhos por mulher)

	Total			Urbano			Rural		
	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017
Moçambique	6,0	5,8	4,9	5,5	4,8	4,1	6,2	6,1	5,3
Niassa	6,7	6,5	5,3	6,9	5,9	4,7	6,7	6,7	5,5
Cabo Delgado	5,8	5,4	4,9	5,3	4,5	4,3	5,9	5,6	5,0
Nampula	5,9	6,0	5,4	5,4	5,6	4,8	6,0	6,1	5,6
Zambézia	6,6	6,3	5,1	6,1	5,7	4,5	6,6	6,4	5,2
Tete	7,0	6,7	5,4	6,5	5,5	4,5	7,0	6,9	5,7
Manica	6,3	6,4	5,6	6,2	5,9	4,7	6,3	6,5	6,0
Sofala	6,0	6,0	5,4	5,7	4,9	4,5	6,1	6,5	6,0
Inhambane	5,2	4,7	4,4	4,9	4,3	4,0	5,2	4,8	4,6
Gaza	5,6	5,0	4,5	5,3	4,3	4,2	5,7	5,2	4,7
Maputo	5,3	3,8	3,2	4,7	3,4	3,0	6,5	4,7	3,6
Cidade de Maputo	4,3	2,9	2,6	4,3	2,9	2,6			

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

5.2.2. Mortalidade

O Quadro 5.3 apresenta a esperança de vida ao nascer por sexo e província para o ano 2017. Apesar de avanços na redução da mortalidade em Moçambique nos últimos anos, os níveis de mortalidade permanecem altos, sendo refletidos nas baixas esperanças de vida para ambos os sexos e em todas as províncias do país.

Nota-se que a esperança de vida é maior para as mulheres em todas as províncias, sendo que a diferença entre os sexos é menor em Nampula (52,8 para homens

contra 55,6 para as mulheres) e maior na província de Gaza (52,5 para homens contra 61,2 para as mulheres).

A Cidade de Maputo regista mais baixos níveis de mortalidade que as demais províncias, sendo a que apresenta as mais altas esperanças de vida: 61,5 anos para homens e 65,2 anos para mulheres. Zambézia é a província com mais alta mortalidade, com 51,6 e 55,2 anos de esperança de vida para homens e mulheres, respectivamente.

Quadro 5.3 Esperança de vida ao nascer por província. Moçambique, 2017

Província	Homens	mulheres
Niassa	56,9	60,1
Cabo Delgado	54,6	58,2
Nampula	52,8	55,6
Zambézia	51,6	55,2
Tete	56,8	61,6
Manica	53,3	60,2
Sofala	52,1	57,8
Inhambane	54,2	59,9
Gaza	52,5	61,2
Maputo	55,4	60,1
Cidade de Maputo	61,5	65,2

Fonte: INE, Censo 2017.

5.2.3. Migração

O Quadro 5.4 apresenta a taxa líquida de migração interna acumulada e de data fixa, assim como o índice de eficácia migratória (IEM) por província, com base nos dados dos censos populacionais de 2007 e 2017. A taxa líquida de migração (TLM) permite aferir a contribuição do saldo migratório (ou migração líquida) para o tamanho da população observada em cada província nos anos 2007 e 2017. O índice de eficácia migratória (IEM), resultante do quociente entre o saldo migratório e o volume total de imigrantes mais emigrantes, “mede a

capacidade de atração, evasão ou circulação/rotatividade migratória de uma unidade geográfica” (Grupo de Foz 2021: 429). O IEM varia de -1 a +1, com as diferentes classes dentro do intervalo a corresponderem as diferentes potencialidades de absorção migratória das respectivas unidades geográficas (ou seja, para IEM = -1,00 a -0,13, trata-se de área de perda migratória; -0,0 a 0,12, área de circulação/rotatividade migratória; 0,13 a 1,00, área de retenção migratória). (Quadro 5.4 e Quadro 5.5).

Quadro 5.4: Taxa líquida de migração e índice de eficácia migratória por Província. Moçambique, 2007-2017

Província	Taxa de líquida migração (TLM) (*)				Índice de eficácia migratória (IEM) (**)			
	2007	2017	2002-2007	2012-2017	2002-2007		2012-2017	
	%	%	%	%	IEM	Classificação	IEM	Classificação
Niassa	0,8	0,5	0,0	0,1	0,00	Circulação	0,13	Retenção
Cabo Delgado	-0,5	0,6	0,3	0,3	0,15	Retenção	0,28	Retenção
Nampula	0,0	-0,5	-0,1	-0,2	-0,08	Perda	-0,16	Perda
Zambézia	-3,7	-4,4	-0,4	-1,0	-0,19	Perda	-0,55	Perda
Tete	-2,7	-0,7	-0,5	0,0	-0,31	Perda	0,03	Circulação
Manica	7,5	4,8	1,0	0,8	0,28	Retenção	0,29	Retenção
Sofala	0,7	0,8	-0,3	0,2	-0,06	Perda	0,05	Circulação
Inhambane	-16,1	-16,9	-1,0	-2,8	-0,16	Perda	-0,63	Perda
Gaza	-15,3	-13,3	-0,9	-1,4	-0,19	Perda	-0,42	Perda
Maputo	30,4	18,2	8,4	4,0	0,66	Retenção	0,50	Retenção
Cidade de Maputo	9,2	20,0	-5,8	1,3	-0,34	Perda	0,14	Retenção

Fonte: INE, Censos 2007, 2017.

(*) TLM = Saldo / População observada em 2007 ou 2017

(**) IEM = Saldo migratório / Imigrantes + Emigrantes.

No que se refere à taxa líquida de migração, o Quadro 5.4 indica que, em 2007, a maior taxa positiva, de 30,4%, foi registada na província de Maputo, significando que esta foi a proporção com que a migração líquida acumulada participou no tamanho da população observada na província em 2007. A seguir à província de Maputo estiveram as províncias de Cidade de Maputo, com uma taxa líquida positiva de 9,2%, Manica, com 7,5%, Niassa, com 0,8%, e finalmente Sofala, com 0,7%. As outras províncias tiveram taxas líquidas negativas de migração acumulada, em 2007, com destaque para as províncias de Inhambane e Gaza, cujas taxas foram de -16,1% e -15,3%, respectivamente, significando proporções em que foi diminuída pela migração a população observada em 2007, nestas províncias. A seguir a elas estiveram as províncias de Zambézia (com -3,7%), Tete (com -2,7%) e Cabo Delgado (com -0,5%), significando que as proporções em que foi diminuída a população destas províncias foram relativamente menores. Em 2017, o cenário do censo anterior manteve-se, caracterizado pelas taxas positivas de migração líquida acumulada nas províncias de Maputo e Cidade de Maputo, Manica, Sofala e Niassa, com particularidade de ter havido uma redução significativa da taxa positiva da província de Maputo, de 30,4% (em 2007) para 18,2% (em 2017), e a subida drástica da taxa positiva de Cidade de Maputo, de 9,2% (em 2007) para 20% (em 2017).

A migração líquida do quinquénio 2002-2007, na província de Maputo, participou com uma taxa de 8,4% no tamanho da população observada em 2007, tendo sido a mais alta dentre todas as províncias. A seguir a esta, foram as taxas das províncias de Manica (1%) e Cabo Delgado (0,3%). Cidade de Maputo foi a que teve a mais alta taxa líquida de migração negativa no quinquénio 2002-2007, de -5,8%, significando a proporção em que a população observada em 2007 nesta cidade foi diminuída pelo saldo migratório negativo do quinquénio. Outras reduções relativamente significativas da população pela migração líquida do quinquénio 2002-2007 foram de -1% em Inhambane e -0,9 em Gaza. Nas províncias Tete e Cabo Delgado as taxas líquidas de migração foram de -0,5% e 0,3%, respectivamente. A maior contribuição

da migração líquida do quinquénio 2012-2017 para o tamanho da população observada em 2017 ocorreu na província de Maputo, com uma taxa líquida de migração de 4%. Outras contribuições relativamente significativas para o tamanho da população observada em 2017 foram registadas nas províncias de Cidade de Maputo e Manica, com taxas líquidas de migração de 1,3% e 0,8%, respectivamente. A província de Inhambane foi a que registou a mais elevada taxa líquida de migração negativa, de -2,8%, seguida pelas províncias de Gaza e Zambézia, com -1,4% e -1%, respectivamente.

O IEM, no Quadro 5.4, permitiu comparar o padrão de migração interprovincial dos quinquénios 2002-2007 e 2012-2007. No primeiro quinquénio, apenas 3 províncias – Maputo Manica e Cabo Delgado – foram áreas de retenção migratória. No segundo quinquénio passaram a ser 5 áreas de retenção, com o acréscimo de Niassa (que deixou de ser área de circulação/rotatividade migratória) e Maputo Cidade (que no quinquénio anterior foi área de perda migratória). Quatro províncias – Gaza, Inhambane, Zambézia e Nampula – se mantiveram como áreas de perda migratória nos dois quinquénios. Tete e Sofala mudam de status de áreas de perda migratória para a de circulação/rotatividade migratória. Para Raimundo e Muanamoha (2013), a retenção migratória, em particular nas províncias de Maputo e Cidade de Maputo pode estar associada às oportunidades que elas oferecem quanto ao emprego, mas também como áreas de trânsito para a África do Sul. Saliente-se também o fenómeno actual de desconcentração de Cidade de Maputo para áreas periféricas da província de Maputo. Por outro lado, a perda migratória, principalmente nas províncias de Inhambane, Gaza e Zambézia, pode ter alguma relação com a tradição das populações destas províncias para o trabalho migratório para as minas da África do Sul (no caso de Inhambane e Gaza) e agro-indústrias e Sofala e Manica (no caso da Zambézia).

No Quadro 5.5 são apresentadas as taxas de imigração internacional acumulada e de datas fixas, segundo os Censos populacionais de 2007 e 2017.

Quadro 5.5: Taxa de imigração internacional (*) por Província – Moçambique, 2007 e 2017

Província	Migração acumulada		Migração de data fixa			
	2007	2017	2006-2007	2002-2007	2016-2017	2012-2017
	%	%	%	%	%	%
Niassa	4,3	2,2	0,3	0,8	0,0	0,5
Cabo Delgado	1,3	0,8	0,2	0,5	0,0	0,2
Nampula	0,6	0,6	0,2	0,4	0,0	0,2
Zambézia	3,9	2,5	0,4	0,9	0,0	0,4
Tete	10,2	3,6	0,8	2,4	0,1	0,6
Manica	3,4	1,2	0,5	1,1	0,0	0,2
Sofala	0,8	0,6	0,2	0,4	0,0	0,1
Inhambane	0,5	0,5	0,8	0,8	0,0	0,1
Gaza	0,9	0,6	1,1	1,0	0,0	0,1
Maputo	1,6	1,6	0,7	1,0	0,1	0,5
Cidade de Maputo	1,7	1,3	0,6	1,0	0,0	0,4

Fonte: INE, Censos 2007, 2017.

(*) Taxa de imigração internacional = Imigrantes internacionais / População observada em 2007 ou 2017

O Quadro 5.5 mostra um decréscimo da imigração internacional entre os censos populacionais de 2007 e 2017, quer da imigração acumulada quer da de datas fixas. Nos dois censos, a província de Tete destaca-se por apresentar as mais elevadas taxas de imigração internacional acumulada, com 10,2% e 3,6% em 2007 e 2017, respectivamente. Também, nos quinquénios de 2002-2007 e 2012-2017, as suas taxas de imigração internacional foram as mais elevadas, com 2,4% e 0,6%, respectivamente. Outras províncias com taxas relativamente altas, a seguir à de Tete, na imigração acumulada de 2007, foram Niassa (com 4,3%), Zambézia (3,9%), Manica (3,4%), Cidade de Maputo (1,7%) e Maputo (1,6%). Em 2017, as mesmas províncias continuaram atrás da de Tete, começando pela província da Zambézia (com 2,5%), Niassa (2,2%), Maputo (1,6%), Cidade de Maputo (1,3%) e Manica (1,2%). No quinquénio 2002-2007, as taxas de imigração internacional relativamente significativas, a seguir à de Tete, foram observadas nas províncias de Manica (1,1%), Cidade de Maputo, Maputo e Gaza (com 1% cada). No quinquénio 2012-2017, as taxas foram muito mais reduzidas, estando abaixo à de Tete as taxas das províncias de Maputo e Niassa (com 0,5% cada). No ano anterior ao Censo de 2007, a taxa de imigração mais elevada foi a de Gaza (com 1,1%), seguindo-se depois Inhambane e Tete (com 0,8% cada), Maputo (0,7%) e Cidade de Maputo (0,6%). No período 2016-2017, as taxas de imigração não foram além de 0,1% (em Tete e Maputo).

Em suma, a imigração internacional revela uma tendência de declínio no último censo, tendo sido mais intensa no Censo de 2007, particularmente nas províncias que fazem fronteira com os países vizinhos (Tete, Niassa,

Zambézia, Manica, Maputo) e em Cidade de Maputo. Esta associa-se em grande parte a uma imigração de retorno de moçambicanos que se encontravam a residir nos territórios vizinhos como refugiados do conflito armado (1977-1992) e, também, de calamidades naturais (secas e cheias), muitos dos quais nascidos fora do território nacional. Por outro lado, o destaque da província de Tete na imigração internacional é associada, também, a um fluxo de imigrantes zimbabwianos, a partir dos anos de 2000, como resultado da crise sociopolítica e económica no Zimbabwe, causada pela reforma agrária, o que levou a que muitos zimbabwianos viessem a Tete “em busca de oportunidades, paz e tranquilidade”, uma província dominada por megaprojectos de mineração (Cebola, Barbieri e Zapata 2022:5).

5.2.4. Componentes demográficos e crescimento populacional

A análise de cada um dos componentes demográficos descrita acima leva a uma melhor compreensão sobre as mudanças no volume populacional em Moçambique, suas áreas de residência e províncias.

O Quadro 5.6 apresenta as Taxas Brutas de Mortalidade (TBM) e Natalidade (TBN), as Taxas Líquidas de Migração (TLM), bem como o crescimento natural ou vegetativo (TBM - TLM) e o crescimento total, que corresponde ao crescimento natural somado à TLM.

As províncias com maior crescimento total (acima de 30 por mil) são Manica, Tete, Sofala e Niassa. Apesar de todas essas províncias terem um saldo migratório interprovincial positivo, boa parte de seu crescimento populacional é decorrente do crescimento natural.

A diferença entre as TBN e TBM nessas províncias aponta para um crescimento natural de mais de 3% ao ano. Essa é uma tendência clássica de regiões que estão passando pela fase da transição demográfica em que as taxas de mortalidade já apresentam um declínio importante, mas a fecundidade ainda permanece em níveis elevados.

Quadro 5.6: Decomposição do crescimento populacional por província. Moçambique, 2017 (por mil)

Província	TBM	TBN	crescimento natural	TLM	crescimento total
Niassa	10,3	40,9	30,6	0,3	30,9
Cabo Delgado	12,7	37,3	24,6	0,7	25,3
Nampula	13,0	41,6	28,6	-0,4	28,2
Zambézia	12,9	40,4	27,5	-2,0	25,5
Tete	10,2	42,0	31,8	0,1	31,9
Manica	11,2	44,5	33,3	1,6	34,9
Sofala	12,3	42,9	30,6	0,4	31,0
Inhambane	15,9	34,2	18,3	-5,5	12,8
Gaza	14,2	35,4	21,2	-2,8	18,4
Maputo	11,5	28,9	17,4	8,0	25,4
Cidade de Maputo	8,4	23,8	15,4	2,5	17,9

Fonte: INE, Censo 2017.

Maputo, apesar de ser a segunda província com mais baixa taxa de fecundidade, tem seu crescimento populacional impulsionado pela imigração. O Quadro 5.5 mostra que o maior saldo migratório interprovincial absoluto do quinquênio 2012-2017 é da Província de Maputo. Ela apresenta o maior parque industrial do país e está ao redor da Cidade de Maputo, oferecendo não só oportunidade de trabalho e formação, como também espaço para habitação e fixação dos imigrantes que veem a província e cidade de Maputo bem como dos jovens que pretendem iniciar a vida adulta.

Nas restantes províncias, distinguem-se os crescimentos totais baixos em Inhambane, Gaza e Cidade de Maputo. Para além de reduzida fecundidade, estas províncias têm saldo migratório negativo ou baixo. As províncias de Inhambane e Gaza têm histórico de emigração para África do Sul e Cidade de Maputo, sobretudo dos homens que procuram oportunidades de formação e emprego. Cidade de Maputo, apesar de sua atractividade para imigrantes, já não possui espaço para albergar imigrantes e a crescente transformação de espaços habitacionais em escritórios tem criado um movimento migratório de saída para as cidades da vizinha Província de Maputo.

5.3. Análise das mudanças na estrutura etária e por sexo da população

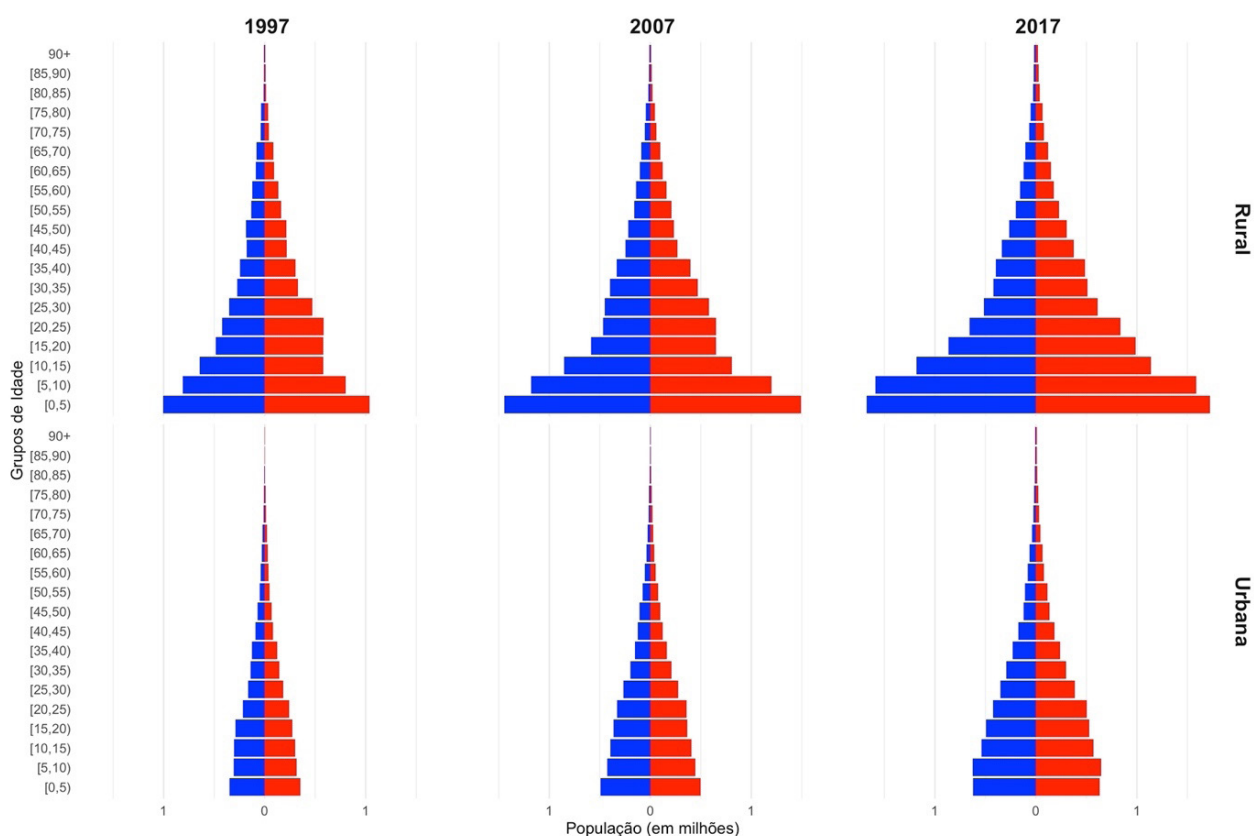
5.3.1. Análise para Moçambique por área de residência

O Gráfico 5.1 mostra as pirâmides etárias de Moçambique para os anos censitários de 1997, 2007 e 2017, representando a estrutura etária do país por lugar de residência para estes anos.

Nota-se, inicialmente, que a população rural é significativamente maior que a população urbana para todos os anos. A população urbana, contudo, tem crescido a um ritmo ligeiramente superior. De facto, a percentagem da população que vive em áreas urbanas tem aumentado nos últimos anos, passando de 29,2% em 2007, para 30,5% em 2007 e 32,5% em 2017.

Além das diferenças no volume populacional, o padrão etário também se diferencia por área de residência, tendo a população rural pirâmides etárias com base mais alargada que a urbana. Isto reflete as diferenças no nível e tendência da taxa global de fecundidade entre as áreas urbanas e rurais. Como mostra o Quadro 5.2, a taxa global de fecundidade na área urbana é cerca de um filho mais baixa que a rural e tem reduzido mais rápido nos últimos anos.

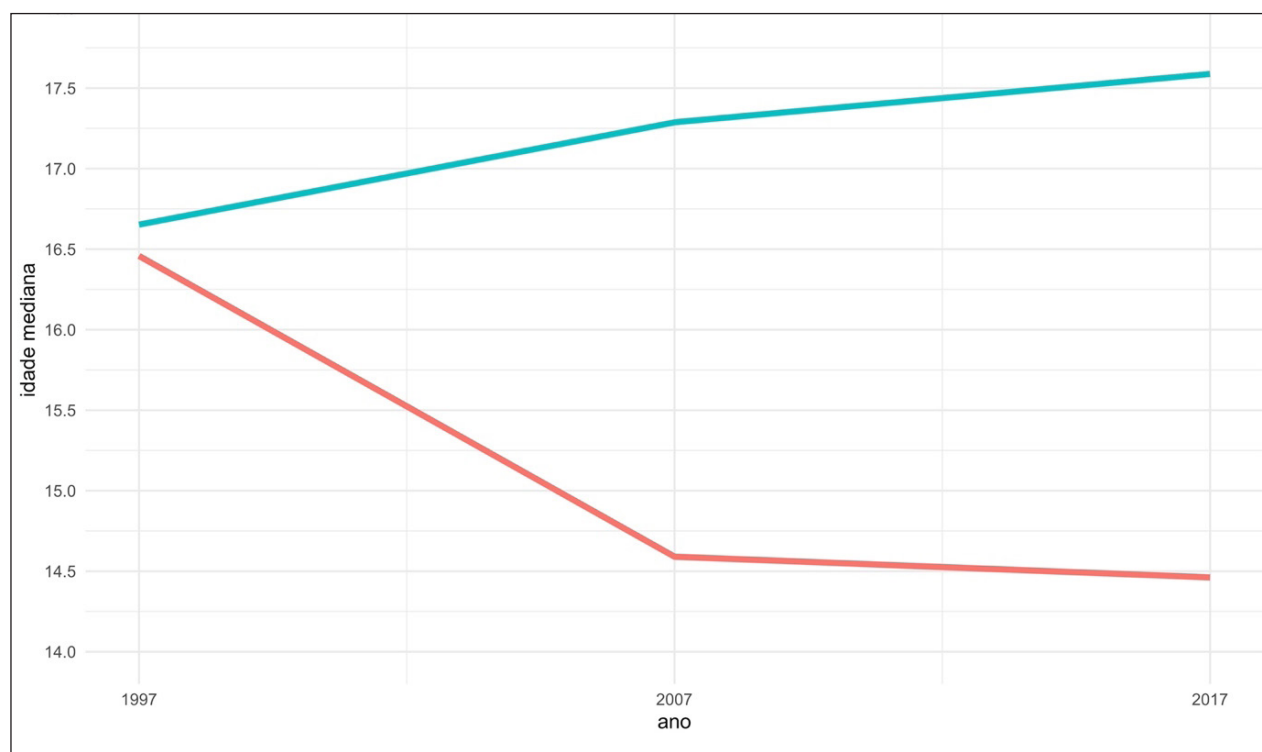
Gráfico 5.1: Pirâmide etária de Moçambique por ano e lugar de residência. Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

O Gráfico 5.2 mostra a evolução da idade mediana nos últimos três censos, segundo área de residência. A idade mediana, que era próxima entre as áreas urbanas e rurais em 1997 (cerca de 16,5 anos), aumentou para 17,3 nas áreas urbanas e reduziu para 14,6 nas áreas rurais em 2007. Em 2017 a idade mediana chega a 17,6 anos nas áreas urbanas e 14,5 nas áreas rurais. A manutenção de níveis elevados de fecundidade e redução gradual da mortalidade na infância tem contribuído para o rejuvenescimento da população rural. A taxa de mortalidade infantil tem estado a reduzir tanto nas áreas urbanas como nas rurais. Ela passou de 146 óbitos por mil nascimentos em 1997 para 94 óbitos por mil em 2007 e depois para 63 óbitos por mil em 2017 (INE 2013) (Estudo C).

Gráfico 5.2: Idade Mediana por ano e área de residência. Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

O Quadro 5.7 apresenta a mediana das idades, bem como os primeiro e terceiro quartis e o intervalo interquartil. Conforme visto no Gráfico 5.2, a mediana em 1997 era muito próxima entre as áreas urbanas e rurais; metade da população rural tinha menos de 16,5 anos, enquanto esse valor era de 16,7 na área urbana. Contudo, a variabilidade na distribuição da idade era maior na área rural (intervalo interquartil de 25,9 contra 22,6 na área urbana). Apesar de uma idade mediana próxima, a população rural estava mais concentrada nos extremos, enquanto a população urbana estava mais concentrada em torno da idade mediana; um quarto da população rural tinha menos de 5,7 anos, enquanto um quarto da população urbana tinha menos de 7,2 anos; a idade que separa os 25% mais velhos era de 31,6 anos na área rural e 29,8 anos na área urbana.

Interessante notar que em 2007, mesmo com a população rural tendo menor idade média e mediana, o terceiro quartil é maior na área rural (30,8) do que na área urbana (29,8), indicando uma maior concentração de pessoas com mais de 30 anos na área rural do que na área urbana.

Em 2017, a idade mediana nas áreas rurais é significativamente mais baixa, bem como os primeiro e terceiro quartis.

Quadro 5.7: Idade mediana, primeiro quartil e terceiro quartil por área de residência. Moçambique, 1997, 2007 e 2017

ano	área de Residência	idade mediana	primeiro quartil	terceiro quartil	intervalo interquartil
1997	Urbana	16,7	7,2	29,8	22,6
1997	Rural	16,5	5,7	31,6	25,9
2007	Urbana	17,3	7,2	29,8	22,6
2007	Rural	14,6	5,2	30,8	25,6
2017	Urbana	17,6	7,6	30,7	23,1
2017	Rural	14,5	5,6	29,8	24,2

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

O Gráfico A.1, nos anexos, mostra a evolução da idade média nos últimos três censos, segundo área de residência. A tendência para o período é de envelhecimento da população urbana e rejuvenescimento da população rural; a idade média da população urbana passou de 20,9 em 1997 para 21,3 em 2007, chegando a 21,9 em 2017; a idade média da população rural reduziu de 21,6 em 1997 para 20,8 em 1997 e 20,7 em 2017.

Além da idade média, é importante avaliar também medidas de dispersão da idade. O Quadro A.1 (Anexos)

mostra, além da idade média, o desvio padrão da idade. Nota-se que a variabilidade na idade é mais baixa na área urbana do que na área rural para todos os anos.

O Quadro 5.8 mostra a razão de sexo por ano e área de residência, indicando que esse indicador tem uma tendência de redução ao longo do tempo nas áreas urbanas, passando de 97,6 em 1997 para 96,3 em 2007, chegando a 91,5 em 2017. Nas áreas rurais a tendência é contrária e a razão de sexo aumenta de 89,5 em 1997 para 90,8 em 2007 e então 91,5 em 2017.

Quadro 5.8: Razão de Sexo por área de residência e ano. Moçambique, 1997, 2007 e 2017

ano	área de residência	Razão de Sexo
1997	Urbana	97,6
1997	Rural	89,5
2007	Urbana	96,3
2007	Rural	90,8
2017	Urbana	93,7
2017	Rural	91,5

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

O Quadro 5.9 apresenta a Razão de Dependência de jovens (RDJ), idosos (RDI) e total (RDT) por ano. Nota-se, inicialmente que RDJ é muito maior que a RDI, correspondendo a grande parte da RDT. Esse indicador reforça o grande peso das crianças na população de Moçambique no período analisado.

Entre 1997 e 2007, tanto a razão de dependência de jovens quanto a de idosos aumentou, indicando que as populações de crianças e idosos cresceram a um ritmo mais acelerado que a população em idade ativa. Esse efeito combinado fez com que a razão de dependência total no país aumentasse de 90,5 pessoas em idade dependentes para cada 100 em idade activa para 99,4.

Entre 2007 e 2017, a razão de dependência de jovens teve uma leve redução, enquanto a razão de dependência de idosos teve um pequeno aumento. Essas duas tendências praticamente se anularam, fazendo com que a razão de dependência total se mantivesse praticamente estável no período (pouco abaixo de 100).

Este resultado, de uma redução lenta na RDJ e aumento na RDI, parece ser indício de que o país poderá se beneficiar no futuro de um dividendo demográfico, se atenção especial for dada a estas duas camadas populacionais: jovens e idosos. Os jovens continuam em grande número fruto de uma fecundidade que, mesmo estando a reduzir, continua alta e de um aumento absoluto da população idosa devido a ambos aumento da RDI e aumento absoluto da população. No processo de transformação da estrutura etária com vista ao alcance de dividendo demográfico, a razão de dependência é um indicador chave. Segundo Choi (2013), a janela de incrementar o investimento inicial ou de avanço para materializar e capitalizar o dividendo demográfico abre-se quando a razão de dependência está no pico, tal com se encontra em Moçambique. Quando atinge aproximadamente 60%, abre-se a segunda janela para um investimento decisivo para o alcance do dividendo demográfico.

Quadro 5.9: Razão de Dependência de jovens (RDJ), idosos (RDI) e total (RDT) por ano. Moçambique, 1997, 2007 e 2017

ano	RDJ	RDI	RDT
1997	84,8	5,7	90,5
2007	93,5	6,1	99,6
2017	92,9	6,5	99,4

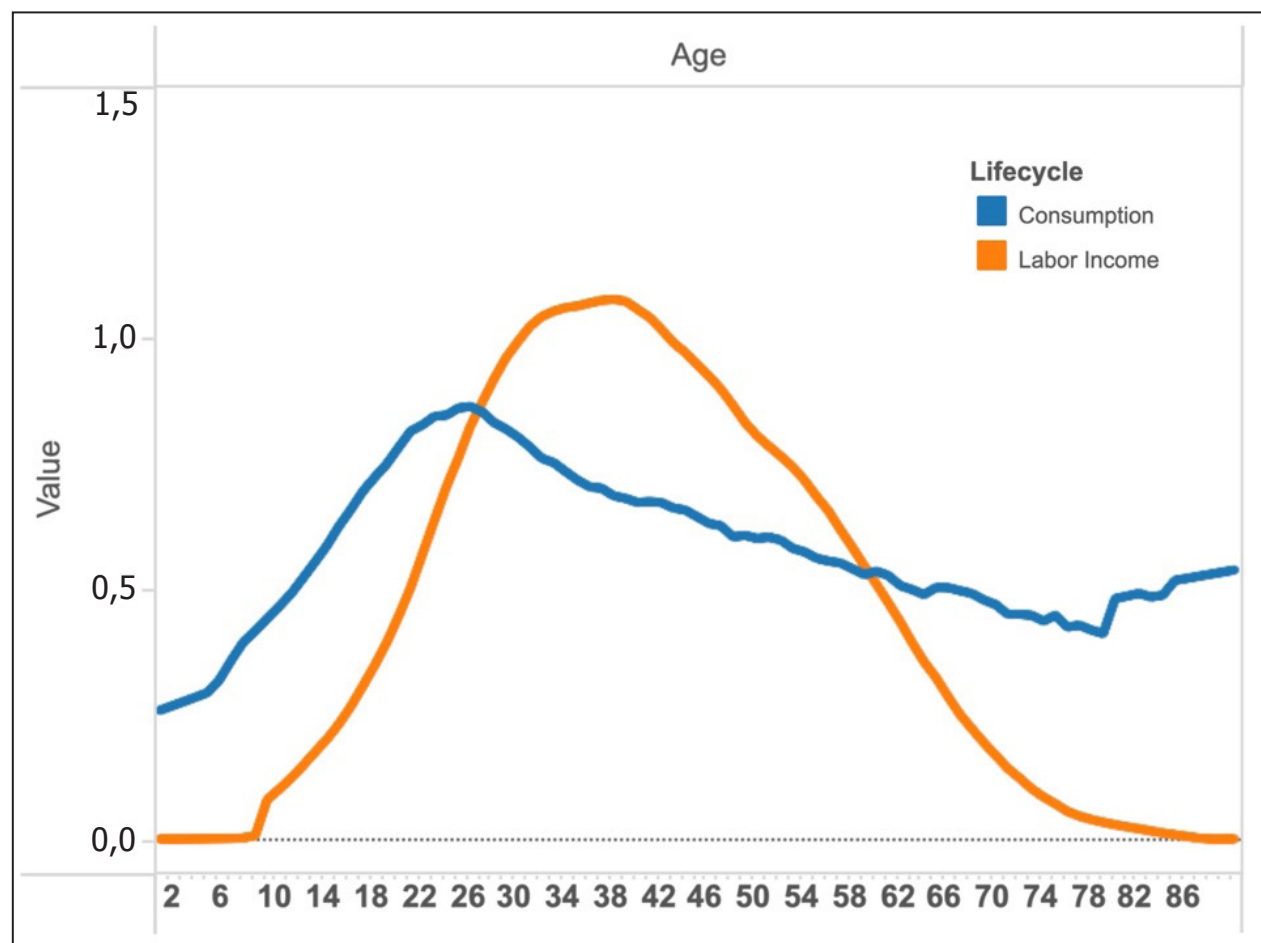
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

O complemento aos resultados apresentados nesse trabalho está nos resultados do projeto National Transfer Accounts (NTA). O Gráfico 5.3 mostra os valores estimados de produção (renda do trabalho) e consumo para Moçambique no ano de 2008. Nota-se um baixo consumo na infância, sendo crescente até a idade de 26 anos, quando atinge um pico. A partir desta idade o consumo é decrescente, com exceção das idades bem avançadas, quando se observa um ligeiro aumento.

Do lado da produção, nota-se que o pico de produtividade está entre os 30 e 40 anos de idade. Assim como ocorre em diversos países de renda baixa, esse pico de produtividade aparece em idades jovens em Moçambique; em países desenvolvidos a produtividade mais alta é atingida ao redor dos 50 anos.

Esse padrão de produção e consumo por idade indica que em Moçambique, o “superavit” do ciclo de vida é atingido entre os 27 a 59 anos. As pessoas com menos de 27 anos e 60 anos ou mais tendem a consumir mais do que produzem. As tendências demográficas recentes parecem indicar que Moçambique deve experimentar nos próximos anos um aumento proporcional da população nesse grupo etário “superavitário”, com potenciais benefícios para o desenvolvimento socioeconómico do país.

Gráfico 5.3: Ciclos de vida per capita. Moçambique, 2008



Fonte: National Transfer Accounts (NTA). Extraído em 20/10/2022 de <https://ntaccounts.org/web/nta/show/NTA%20data%20visualization>

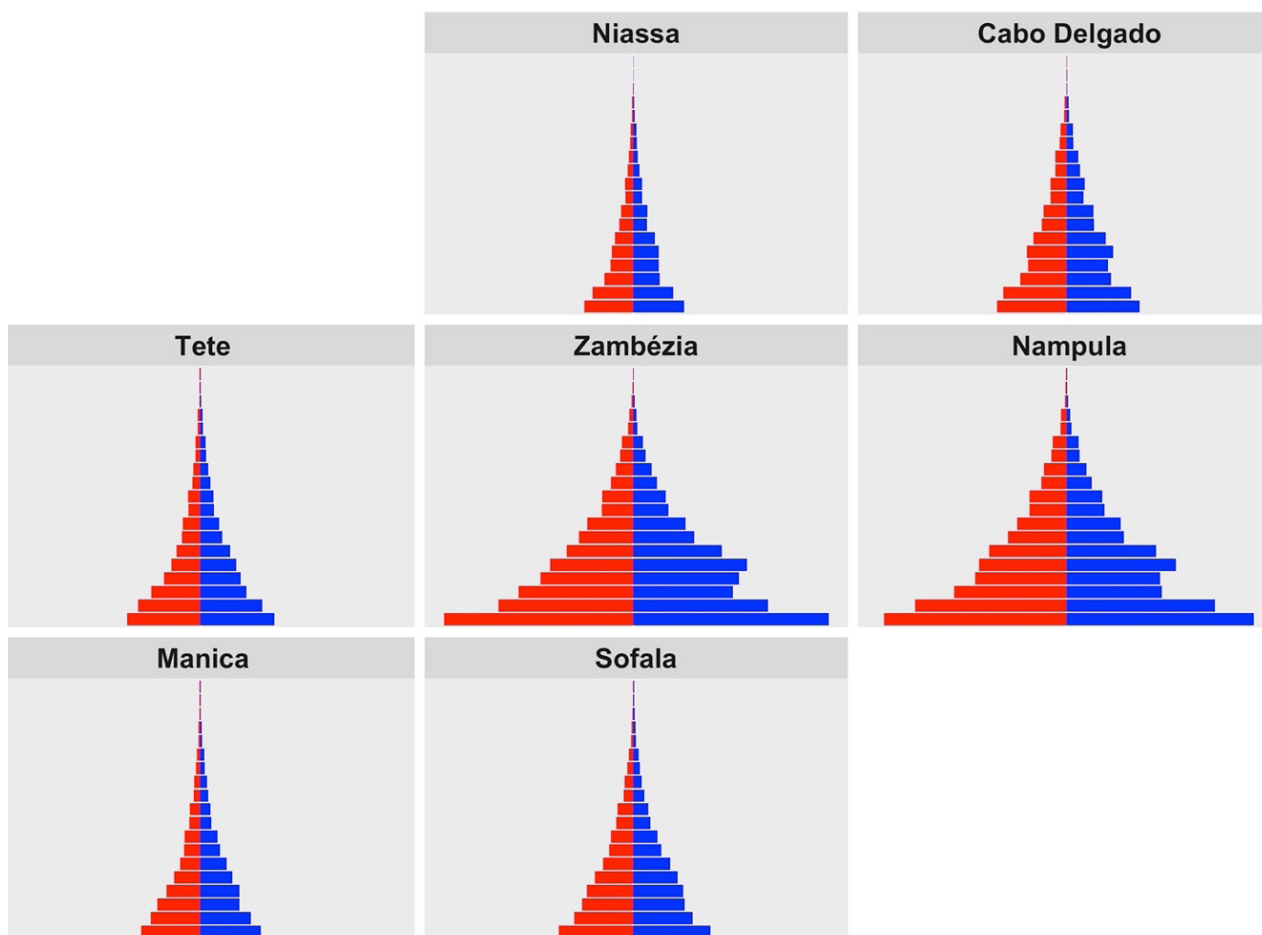
5.3.2. Análise por Províncias

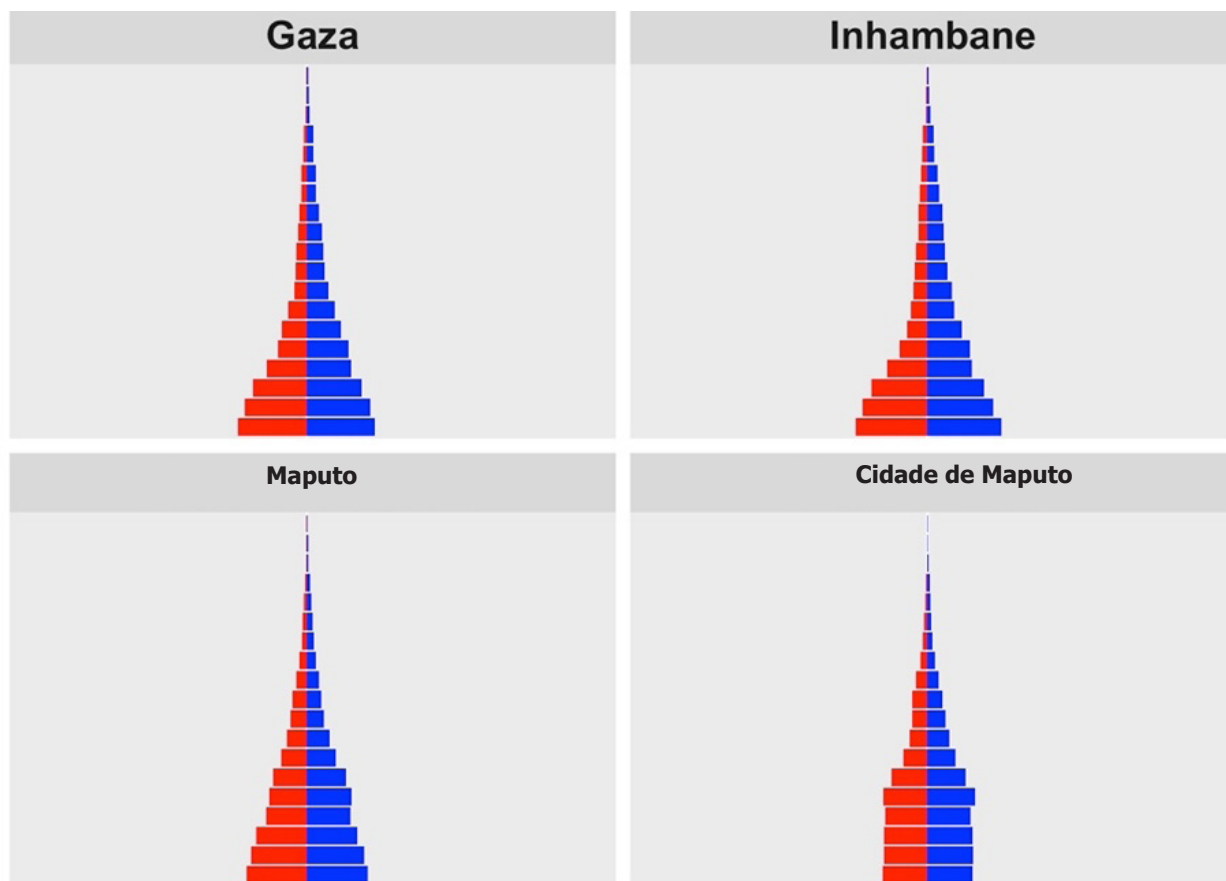
O Gráfico 5.4 mostra as pirâmides etárias por província segundo os resultados do Censo 1997. Observam-se importantes diferenças em termos de volume populacional e distribuição etária. As províncias mais populosas – Nampula e Zambézia – apresentam pirâmides de bases largas e, portanto, mais jovens. As províncias do Sul – Gaza, Inhambane, Maputo e Cidade de Maputo – estão dentre as menos populosas e são também as que apresentam estrutura etária mais envelhecida.

As diferenças por província pouco se alteram nos anos de 2007 e 2017, conforme indicam os Gráficos 5.5 e 5.6. No entanto, é importante notar que as pirâmides etárias das províncias de Inhambane e Gaza mostram um deficit de homens nas idades adultas que está relacionado com emigração histórica a partir destas províncias para Maputo e Cidade de Maputo, bem como para a África do Sul. A comparação entre as pirâmides destas duas províncias no tempo, isto é, 1997, 2007 e 2017, mostra que o deficit de homens vem reduzindo devido ao aumento da emigração feminina. Os dados do Estudo E, mostram que a percentagem da população emigrante feminina nos últimos cinco anos antes do censo passou de 53%, em 2007, para 58%, em 2017, em Inhambane e de 56% para 59% em Gaza, respectivamente.

Outro aspecto relevante é o deficit de homens adultos na província da Zambézia. Historicamente, esta província tem sido de emigração para as outras províncias, nomeadamente, Sofala e Manica, para trabalho nas indústrias agroalimentares, e Maputo e Cidade de Maputo para oportunidades de trabalho diversas tanto no mercado formal quanto no mercado informal.

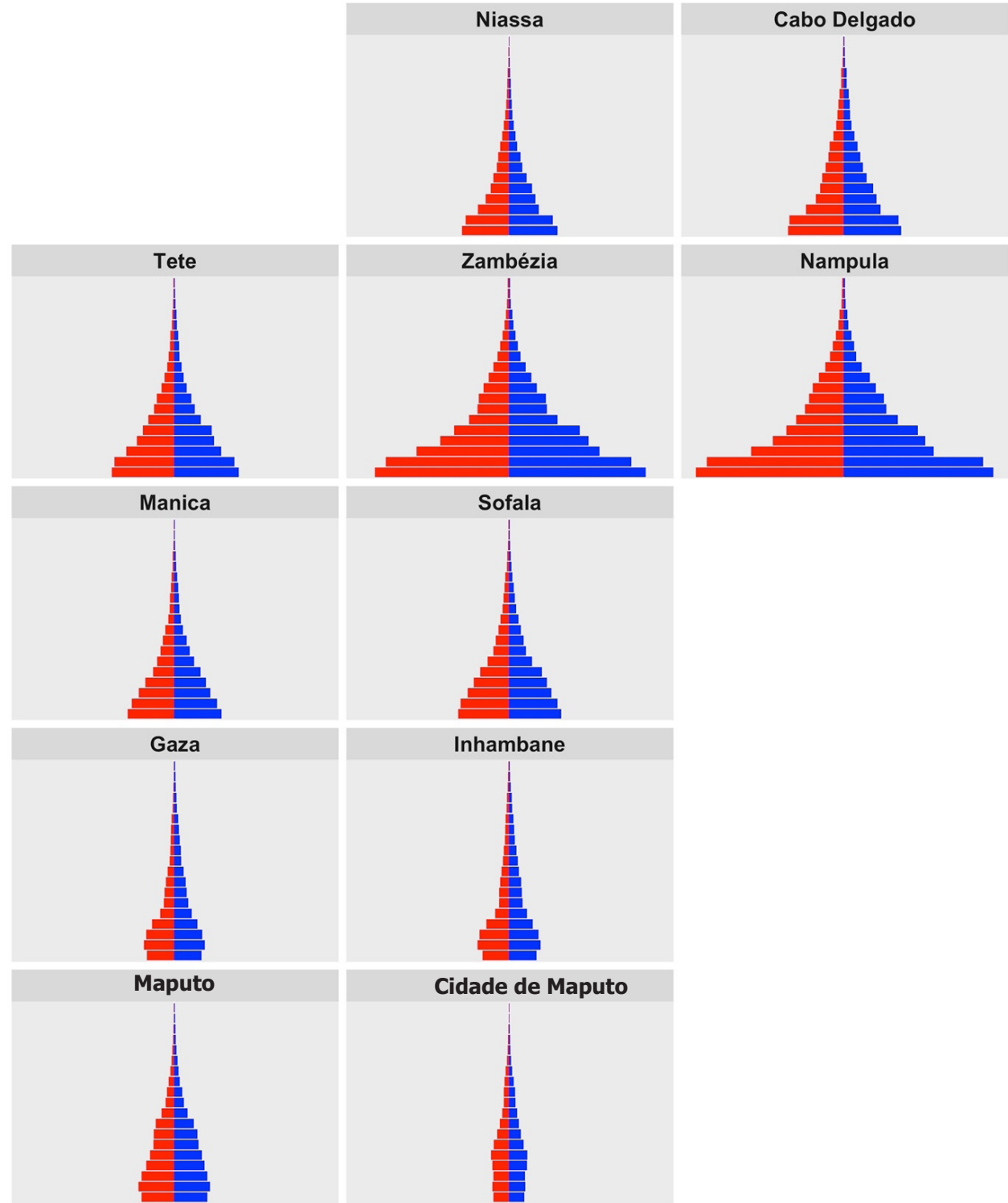
Gráfico 5.4: Pirâmide etária por província. Moçambique, 1997





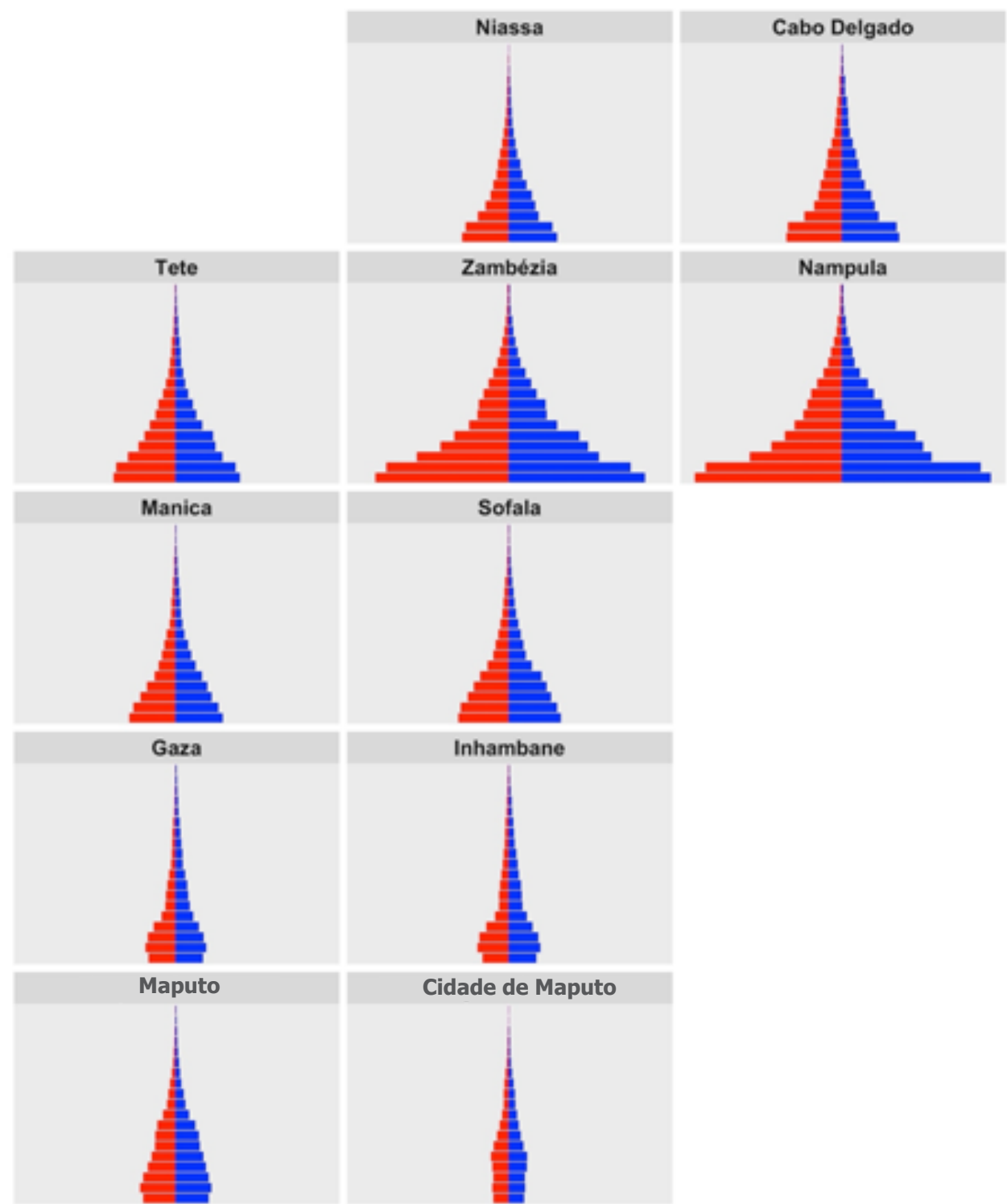
Fonte: INE, Censo 1997.

Gráfico 5.5: Pirâmide etária por província. Moçambique, 2007



Fonte: INE, Censo 2007.

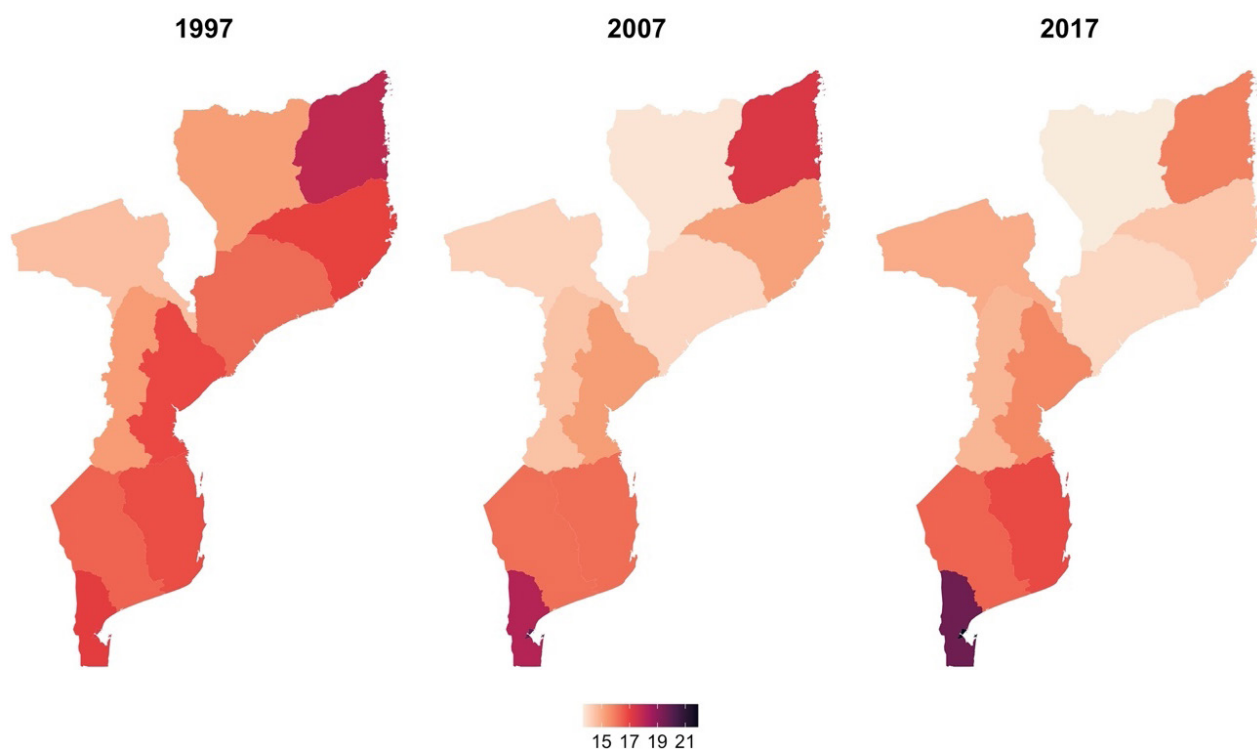
Gráfico 5.6: Pirâmide etária por província. Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

As Figuras 5.2 e A.1 (Anexos) apresentam, respetivamente, as idades média e mediana por província para os anos 1997, 2007 e 2017. As províncias do Sul – Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo – estão dentre as com mais alta idade média e mediana, indicando que são populações mais envelhecidas, confirmado o já observado nas pirâmides etárias.

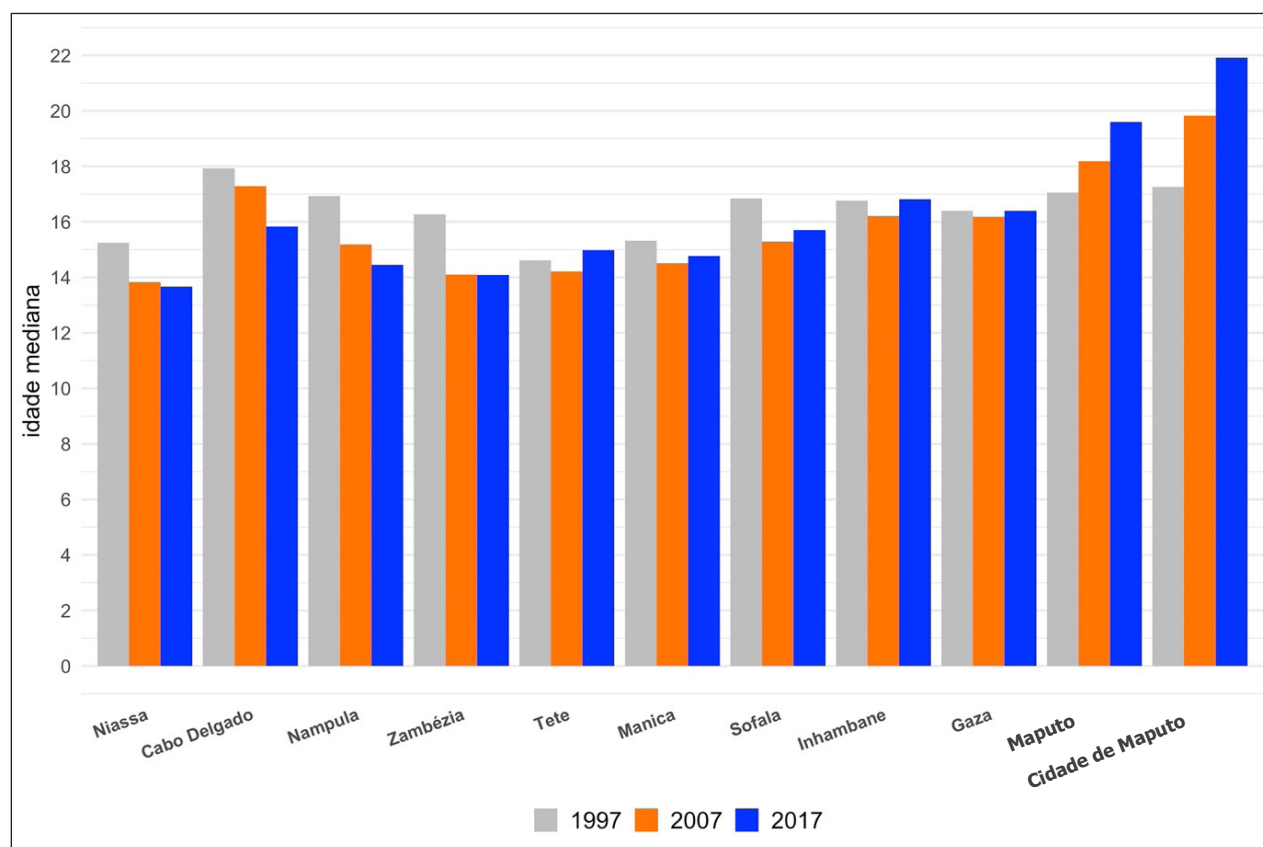
Figura 5.2: Idade mediana por província. Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

O Gráfico 5.7 mostra a evolução temporal da idade média da população por província. Algumas províncias têm apresentado uma redução na idade média, configurando um processo de rejuvenescimento da população. Niassa, Cabo Delgado e Nampula têm tido sucessivas quedas tanto na idade média quanto na idade mediana. Por outro lado, Cidade de Maputo tem registado um rápido aumento na idade média e mediana, configurando um acelerado envelhecimento populacional.

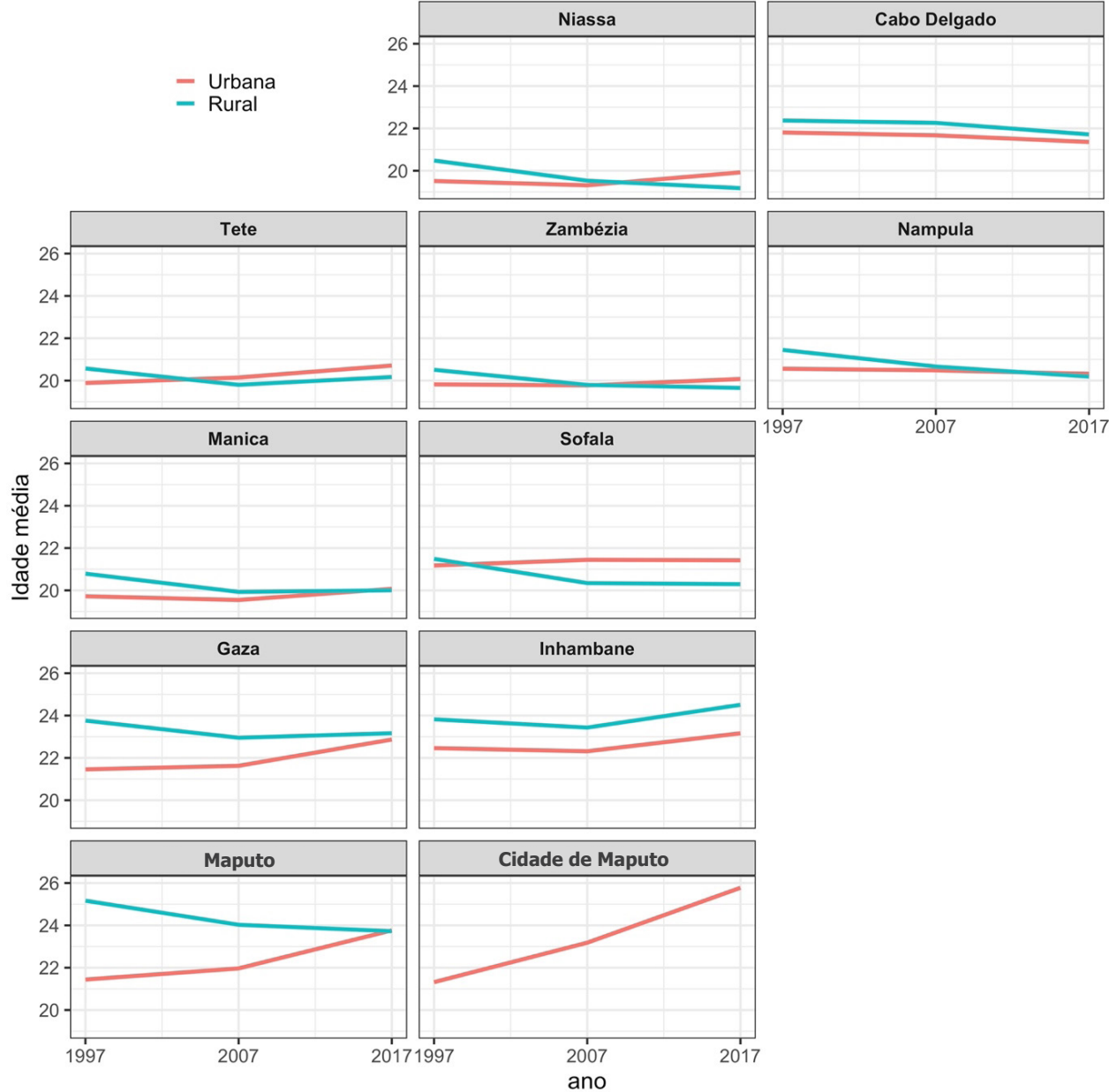
Gráfico 5.7: Idade mediana por província. Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Os Gráficos A.3 (anexos) e 5.8 apresentam, respetivamente, as idades média e mediana por província e área de residência.

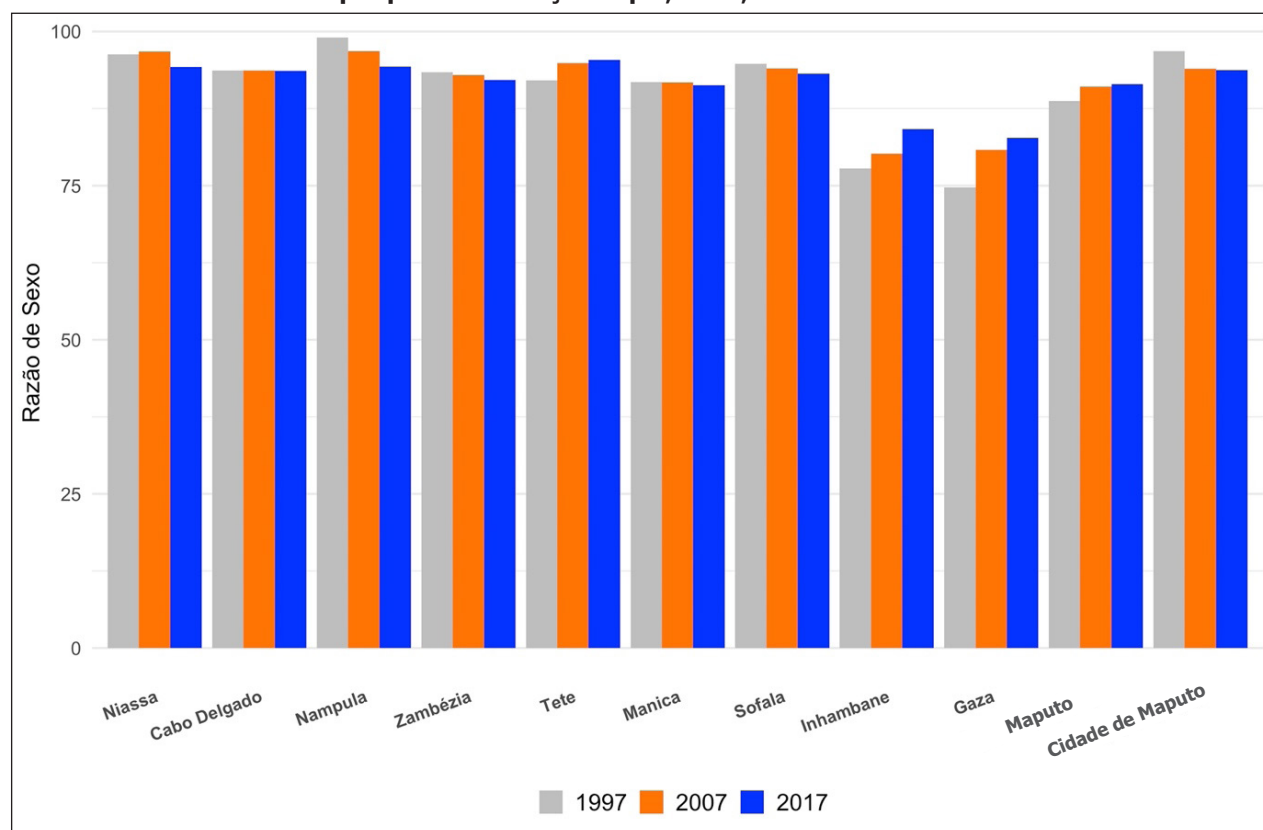
Gráfico 5.8: Idade mediana por província e área de residência. Moçambique 1997 - 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

O Gráfico 5.9 mostra a razão de sexo por província para os anos 1997, 2007 e 2017.

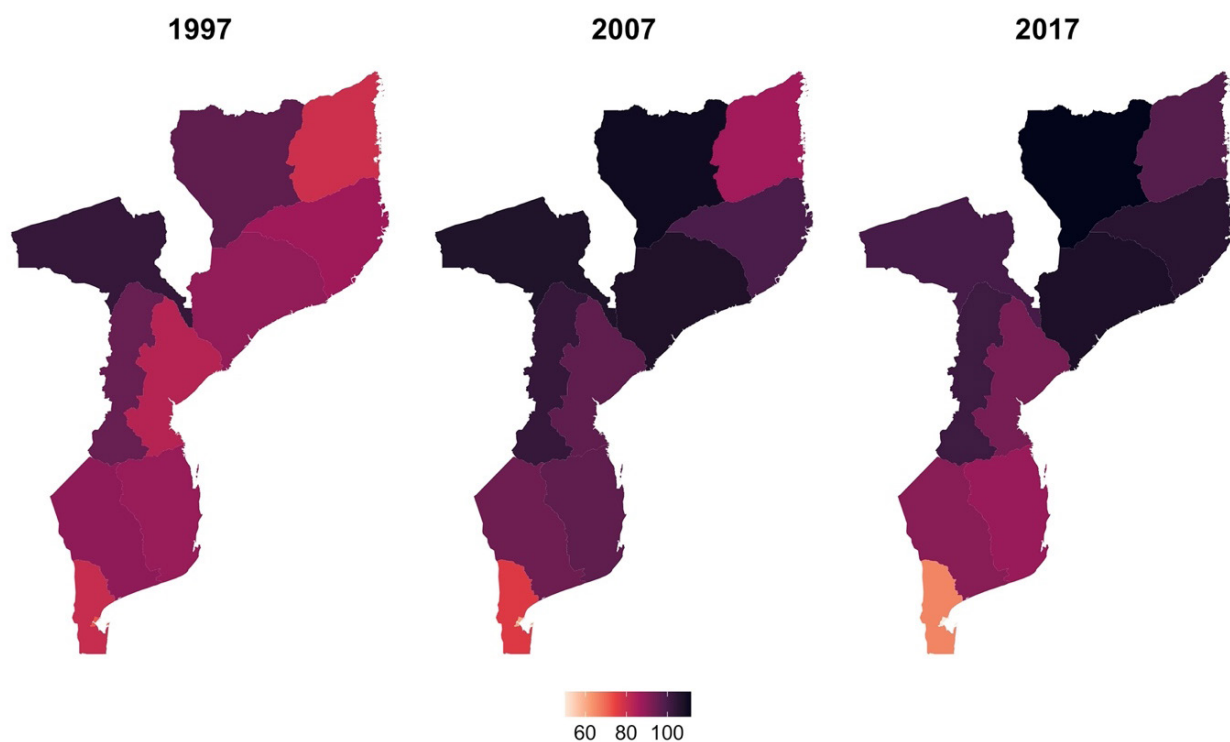
Gráfico 5.9: Razão de sexo por província. Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

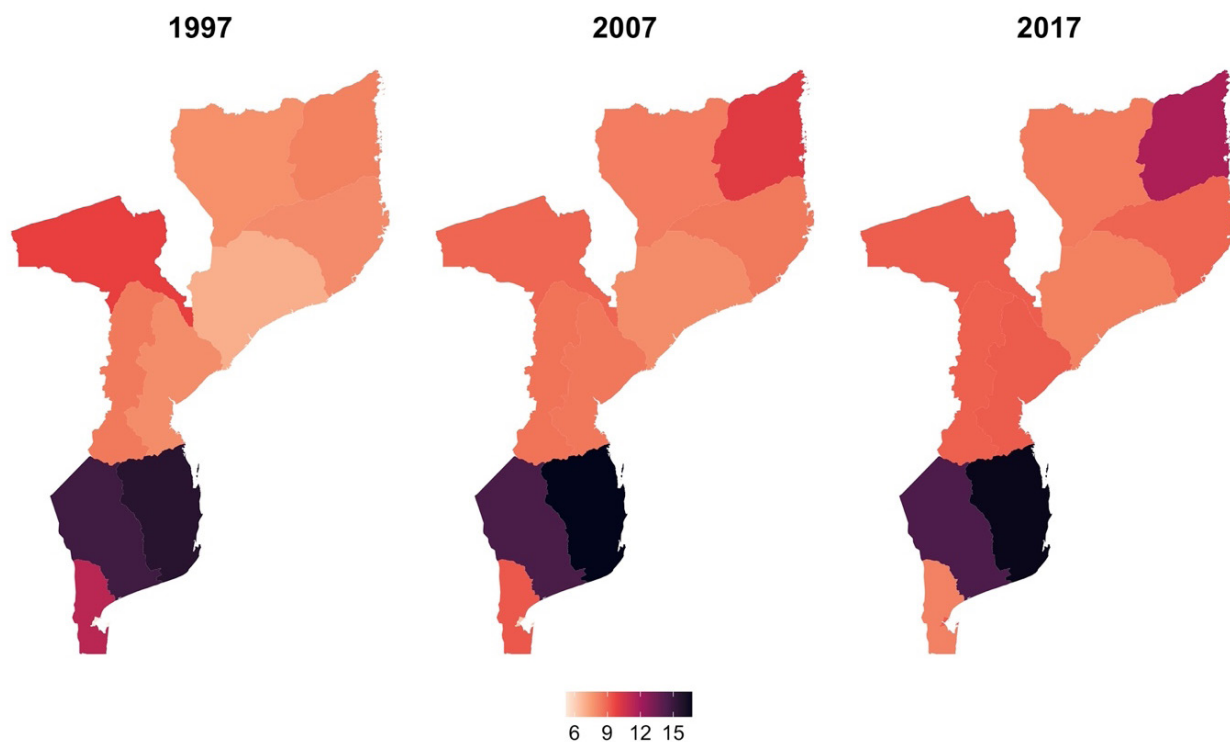
VA Figura 5.3 mostra o mapa por província da Razão de Dependência de Jovens (RDJ), a Figura 5.4 mostra o mapa por província da Razão de Dependência de Idosos (RDI) e a Figura 5.5 mostra a soma das duas razões de dependência, definida como Razão de Dependência Total (RDT). Nota-se que o peso da RDJ é ainda muito maior que a RDI, de forma que a RDT é definida primordialmente pela participação do grupo de crianças na população.

Figura 5.3: Razão de Dependência de Jovens (RDJ). Moçambique. 1997, 2007 e 2017



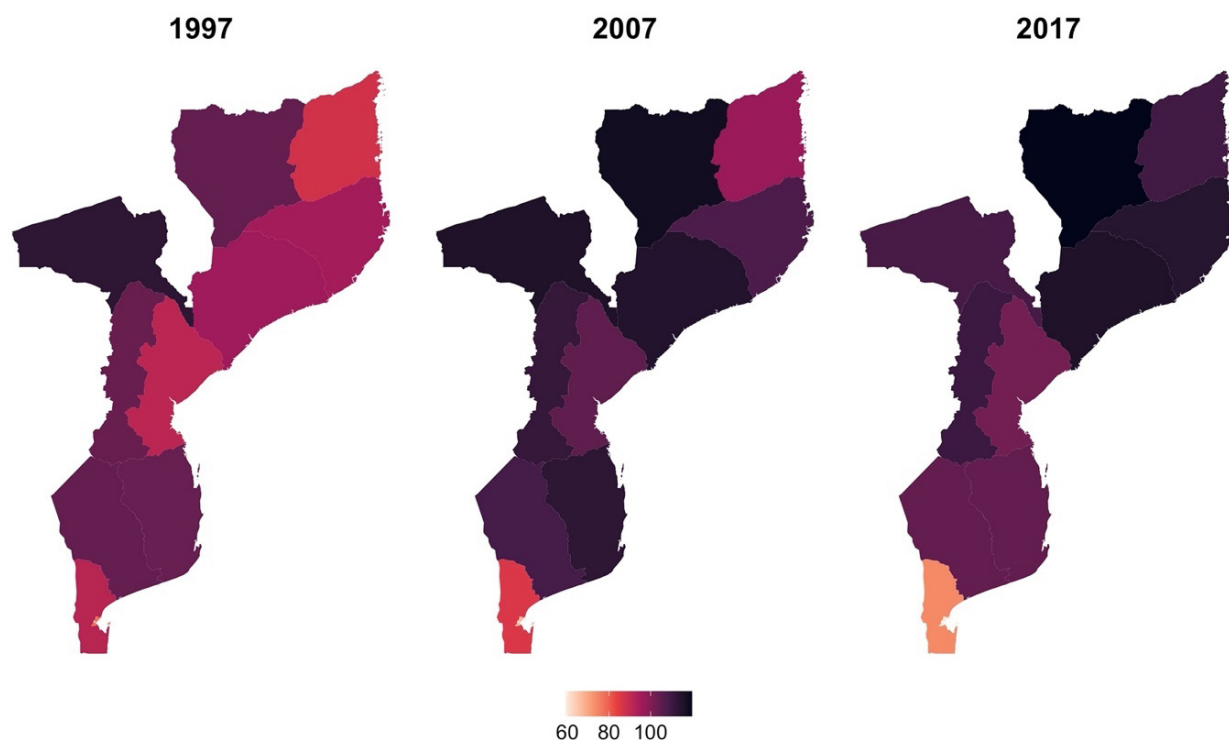
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Figura 5.4: Razão de Dependência de Idosos (RDI). Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Figura 5.5: Razão de Dependência de Total (RDT). Moçambique. 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

O Quadro A.2, nos anexos, mostra um resumo dos principais indicadores da estrutura etária por província e ano.

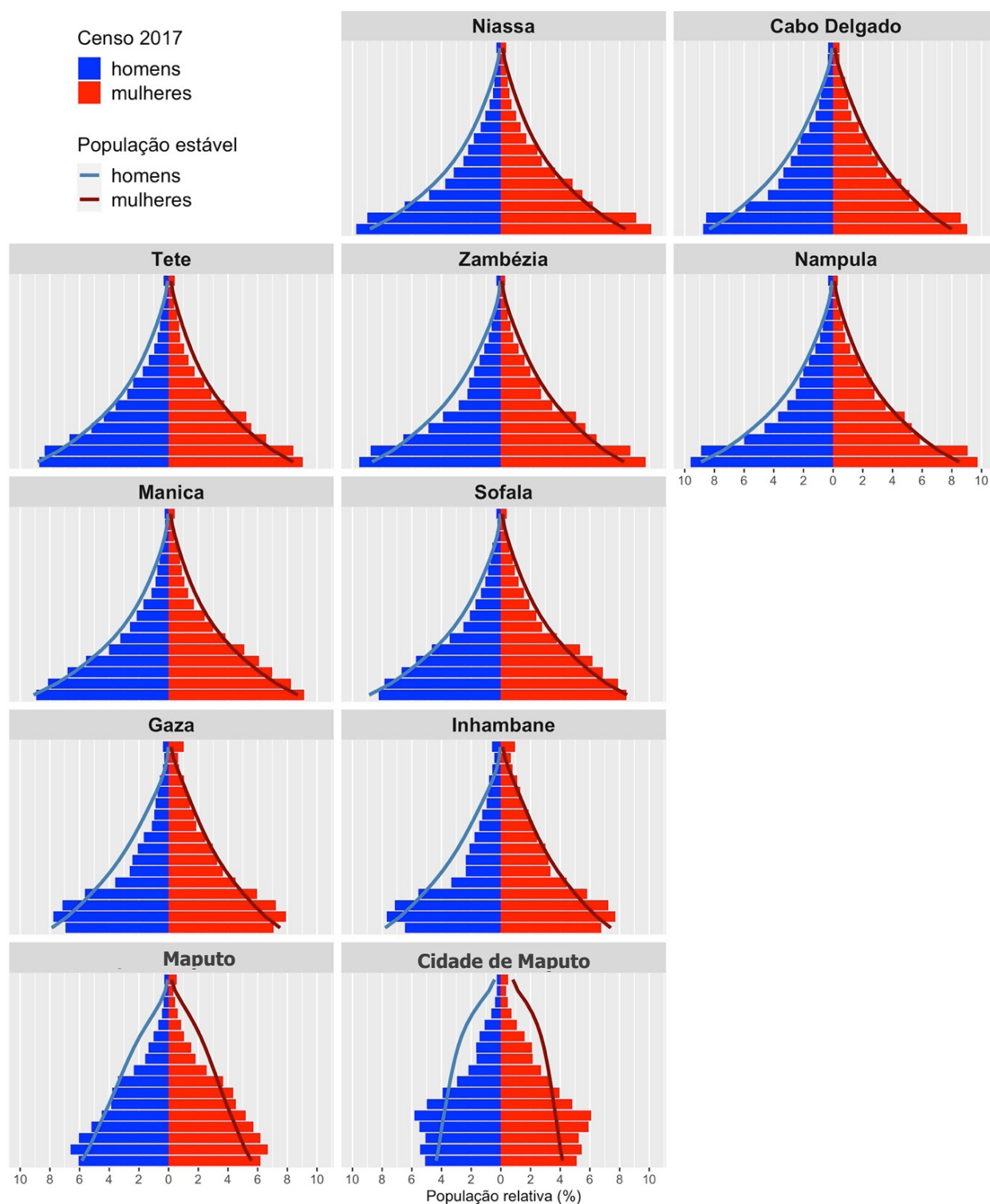
5.3.3. Componentes demográficos e mudança na estrutura etária da população

A análise de cada um dos componentes demográficos descrita acima, além de explicar as tendências no volume populacional, são também fundamentais para o entendimento das mudanças da estrutura etária.

As maiores taxas de fecundidade nas áreas rurais explicam o formato das pirâmides populacionais com base mais alargada nessas áreas. Na análise por província, é possível observar também que aquelas que têm as menores taxas de fecundidade são também as que têm estrutura mais envelhecida, com maior idade média e mediana.

A comparação da estrutura etária observada em 2017 com a população estável equivalente por província (Gráfico 5.10) mostra, no geral, que as províncias do centro e norte do país estão próximas da estabilidade. Como se referiu anteriormente, estas províncias mantêm níveis elevados de fecundidade e o seu declínio é muito recente. Pelo contrário, as estruturas etárias observadas são diferentes das populações estáveis equivalentes nas quatro províncias do sul do país. Estas províncias têm apresentando ao longo de anos uma grande dinâmica migratória, de saída nas províncias de Inhambane e Gaza, e de entrada nas províncias de Maputo e Cidade de Maputo. Em adição a isto, também está a redução da fecundidade, sobretudo em Maputo e Cidade de Maputo. De acordo com o Estudo B (Arnaldo et al. 2022), a queda da fecundidade começou nos finais da década de 1980 em Cidade de Maputo e Maputo e no início da década de 1990 nas províncias de Inhambane e Gaza.

Gráfico 5.10: Comparação da estrutura etária observada com a população estável equivalente por província. Moçambique, 2017



O Quadro 5.10 apresenta a comparação entre a taxa média de crescimento populacional observada entre 2007 e 2017 e a taxa de crescimento intrínseca calculada com base nas estimativas de fecundidade e mortalidade.

As diferenças entre as taxas são menores para as províncias das regiões centro e norte, corroborando os resultados já apresentados de que nestas regiões as

populações apresentam características mais próximas de populações estáveis.

As províncias de Gaza e Inhambane, por sua vez, apresentaram uma taxa de crescimento na última década bem menor do que a taxa de crescimento intrínseca, o que é explicado em parte pelo saldo migratório negativo destas províncias já discutido ao longo desse relatório. Maputo Província tem uma taxa de crescimento

populacional observada bastante superior à taxa intrínseca, o que se justifica por sua alta taxa líquida de migração. Cidade de Maputo, por sua vez, apresenta baixas taxas de crescimento populacional, sendo observada, como intrínseca.

Quadro 5.10: Taxa de média de crescimento populacional anual observada e da população estável por província e período intercensitário (em %). Moçambique 2007-2017

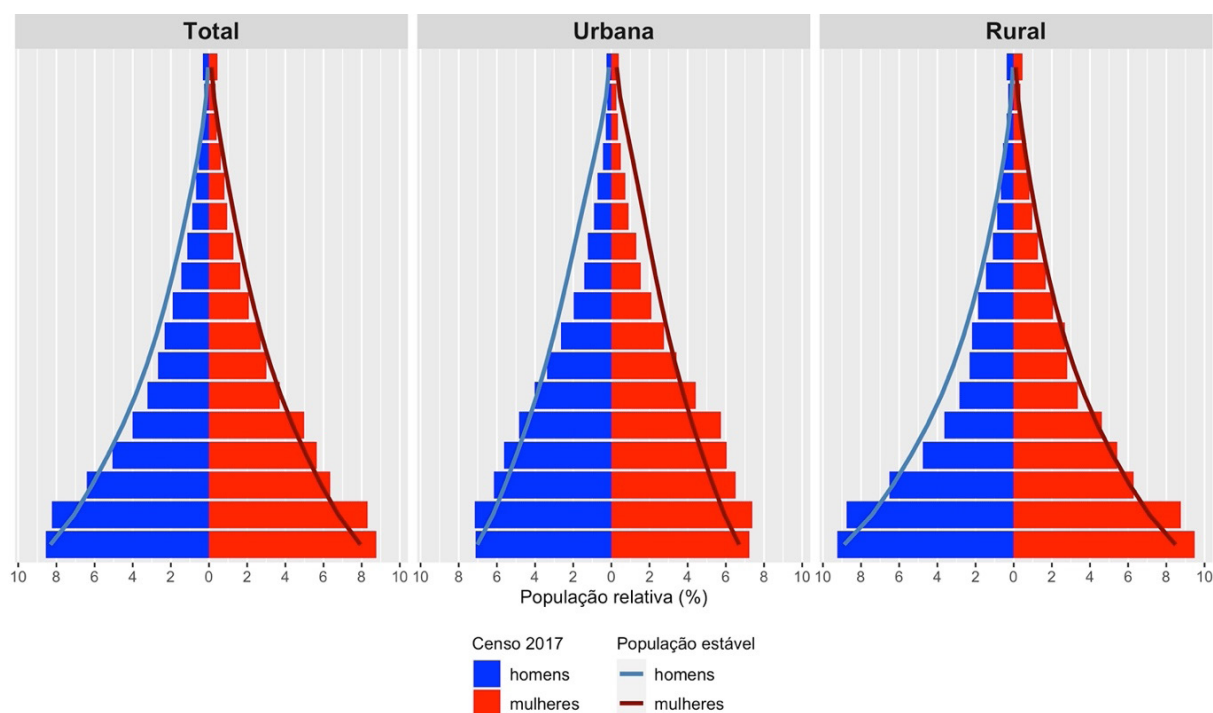
Província	taxa de crescimento do período 2017-2007	taxa de crescimento intrínseca
Niassa	3,7	3,0
Cabo Delgado	3,3	2,7
Nampula	3,0	2,9
Zambézia	2,5	2,8
Tete	3,5	3,0
Manica	2,5	3,1
Sofala	2,7	2,9
Inhambane	1,1	2,3
Gaza	1,1	2,4
Maputo	4,4	1,2
Cidade de Maputo	-0,3	0,4

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

O Gráfico 5.11 mostra que, apesar de certa proximidade entre a estrutura estável e a observada em 2017 para o país, há diferenças em alguns grupos etários quando se analisam as pirâmides por área de residência. A pirâmide da estrutura estável na área urbana contém um contingente bem maior de pessoas com 40 anos ou mais. Boa parte dessa diferença é explicada pela queda histórica da mortalidade, sendo que o nível de mortalidade nas áreas urbanas observado em 2017 é mais baixo que aquele experimentado por essas populações até a década de 1980. A maior diferença entre as duas estruturas nas áreas rurais ocorre entre os homens em idade activa, o que pode ser reflexo da emigração desde grupo populacional.

A taxa de crescimento intrínseca das áreas urbanas e rurais em 2017 é de 2,0% e 2,9%, respetivamente. Esse resultado contrasta com aquele que aponta para um aumento mais acelerado das populações que vivem em áreas urbanas do que em áreas rurais. Essa aparente contradição é justificada pelos fluxos migratórios, indicando que boa parte do crescimento das áreas urbanas é decorrente dos movimentos migratórios.

Gráfico 5.11: Comparação da estrutura etária observada com a população estável equivalente por área de residência. Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censos 2017.

6. INTERPRETAÇÃO

O objectivo deste estudo temático era de analisar a dinâmica da população em Moçambique nos últimos 20 anos de acordo com a dinâmica dos seus componentes, natalidade, mortalidade e migração. Dada a relação entre a dinâmica demográfica e desenvolvimento, os resultados têm um forte potencial para orientar políticas que visem gerir a dinâmica demográfica em prol do desenvolvimento do país.

Os resultados do estudo mostram que a população de Moçambique tem estado a crescer a ritmos acelerados, a uma taxa média anual próxima de 3% (2,7%) ao ano, o que implica uma duplicação em cada 26 anos. A dinâmica demográfica não é uniforme entre as suas 11 províncias. As 7 províncias das regiões centro e norte, e que albergam cerca de 80% da população do país, crescem a uma taxa média anual acima 2,5%. As províncias da região sul, com a excepção de Maputo com taxa de crescimento acima de 4% devido à imigração, as restantes províncias crescem a uma taxa abaixo de 1,2% e com tendência a reduzir nos últimos anos. Esta dinâmica resulta do comportamento da fecundidade e da mortalidade. A taxa global de fecundidade, embora com tendência de redução nos últimos anos, ainda é elevada, cerca de 5 filhos por mulher. Pelo contrário, a mortalidade tem estado a reduzir gradualmente o que tem produzido uma aceleração do crescimento populacional.

Com a excepção das 4 províncias do sul do país, que já estão numa fase adiantada da transição da fecundidade, apresentando taxas de fecundidade abaixo de 4 filhos por mulher, grande parte do país está numa fase ainda incipiente de transição da fecundidade. Como resultado desta dinâmica, a razão de dependência ainda está muito próxima de 100 (99,5%) o que implica desafios sociais e económicos relacionados com a provisão de serviços para uma camada jovem em crescimento. Além disso, já se colocam os desafios do envelhecimento populacional e aumento da longevidade, que devem ser acelerados com a redução da mortalidade. Embora ainda baixa, a razão de dependência para idosos está a aumentar lentamente e demanda por serviços sociais para população velha, que, apesar de, em termos relativos, ser de apenas 7%, ela tem crescido muito em tamanho como resultado do crescimento populacional. Desta forma, Moçambique está mais em um processo de gerontocrescimento, ou seja, crescimento da população idosa devido a redução da mortalidade, em geral, e das pessoas idosas, em particular, que em envelhecimento, que depende principalmente da redução da fecundidade (Francisco 2017).

Na fase em que o país está, com uma razão de dependência a diminuir lentamente, mas ainda elevada, é o momento ideal para investimento em políticas sociais que possam acelerar o processo de transição demográfica através da queda da fecundidade, e criação de condições para o país poder materializar o bónus demográfico no futuro. No entanto, o aproveitamento desta oportunidade depende, em grande medida, da velocidade da queda da fecundidade no futuro próximo e de políticas a serem adoptadas em termos de formação de capital humano e mercado de trabalho.

O relatório sobre a situação da juventude desta serie de estudos temáticos (Arnaldo e Hansine 2022), mostra que o país tem sérios desafios no que se refere à formação dos jovens e criação de oportunidades para a integração destes no mercado de trabalho. Por exemplo, em 2017, cerca de um quarto dos jovens entre os 15 e os 35 anos eram analfabetos e, dos que tinham alguma formação, apenas 18% tinha nível de ensino acima do primário; 34% não estavam no emprego nem em nenhuma formação, denotando não só a sua baixa competitividade no mercado de trabalho como a fraca capacidade deste em absorvê-los.

7. IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA

Os resultados aqui apresentados demandam por políticas públicas que possam acomodar o ritmo e características do crescimento da população de Moçambique, ao mesmo tempo que influenciam a sua dinâmica futura.

O estudo mostra que a população de Moçambique está a crescer a um ritmo ainda muito elevado, perto de 3% ao ano e que, face a manutenção de níveis elevados de fecundidade, cerca de 5 filhos por mulher, apresenta uma estrutura populacional jovem e muito próxima da população estável. Isto mostra a necessidade de desenhar e implementar políticas que garantam o acompanhamento do ritmo de crescimento com a provisão de serviços essenciais, como são os casos dos serviços de educação, saúde e postos de trabalho para acomodar a elevada demanda causada pela elevada fecundidade.

A estrutura populacional jovem que o país apresenta pode, mediante políticas adequadas, constituir uma oportunidade para obter o bónus demográfico no futuro. Esta estrutura é caracterizada por uma razão de dependência muito elevada, de quase 100%, o que constitui o momento ideal para implementar políticas que incidam sobre os cinco pilares do dividendo demográfico: planeamento familiar, saúde, educação, oportunidades de emprego e governação e prestação de contas. Investimentos nestes pilares serão fundamentais, para primeiro, acelerar a transformação da estrutura etária através da redução da fecundidade e, segundo, garantir saúde e treinamento dos jovens para que eles tenham maiores possibilidades de enquadramento no sector produtivo da economia. O aumento do acesso a serviços de planeamento familiar irá reduzir a demanda não satisfeita (situada em cerca de 23%) e permitir que todas as gravidezes sejam desejadas. Para os adolescentes e jovens, o aumento de acesso a estes serviços poderá contribuir para a redução da fecundidade na adolescência e permitir que os jovens, sobretudo as do sexo feminino possam permanecer mais tempo na escola e aumentem as possibilidades de uma vida profissional mais bem-sucedida no futuro.

Face a estrutura jovem, uma parte importante dos jovens estão fora quer da educação quer do mercado de trabalho. Arnaldo e Hansine (2022) mostram que cerca de um quarto dos jovens (ou 2,5 milhões) não estavam nem a estudar nem no trabalho em 2017, o que representa um grande desafio de adoptar políticas económicas que permitam absorver estes jovens nas esferas educativa e/ou de trabalho. Para tal, programas que permitam elevar a sua educação, sobretudo a formação profissional, serão fundamentais para que os mesmos possam aumentar a capacidade competitiva dos jovens no mercado de trabalho.

Outro aspecto importante para políticas públicas diz respeito à população idosa. Apesar de em termos percentuais esta camada populacional permanecer abaixo de 10% do total da população, em termos absolutos, a mesma está projectada para triplicar, de cerca de 900 mil em 2017 para quase 3 (2,8) milhões em 2050, o que requer políticas adequadas para lidar com um grande contingente idosos, cuja participação na actividade economia não permitiu acumulação de rendimentos para o sustento durante a velhice.

8. REFERÊNCIAS

- Agadjanian, V. (2001). «Religion, social milieu, and the contraceptive revolution». *Population Studies*, 55(2), pp. 135-148. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00324720127691>
- Arnaldo, C. & R. C. Muanamoha. 2013. "Tendências e desafios do crescimento da população em Moçambique." Pp. 7-35 in C. Arnaldo & B. M. Cau (eds.) *Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique*. Maputo: Centro de Pesquisa em População e Saúde.
- Arnaldo, C. & Hansine, R. (2015). «Dividendo demográfico em Moçambique. Oportunidades e desafios». In Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, pp. 399-416.
- Arnaldo, Carlos. 2015. Fertility trends in Mozambique: an analysis of the proximate determinants. Documento produzido para o Banco Mundial, Mozambique. Maputo.
- Arnaldo, Carlos e Rogers Hansine. 2022. A situação socioeconómica da juventude em Moçambique. Estudos Temáticos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de Moçambique, 2017. Maputo.
- Arnaldo, Carlos, Ana Paula Verona, Matheus Menezes, Rogers Hansine e Paula Miranda-Ribeiro. 2022. Estudo B: Fecundidade e Nupcialidade. Estudos Temáticos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de Moçambique, 2017. Maputo: ICON-INSTITUT Public Sector GmbH & Centro de Análise de Políticas (CAP) - Universidade Eduardo Mondlane.
- Bloom, D. E., D. Canning, G. Fink e J. Finlay. 2007. Realizing the demographic dividend: Is Africa any different? , 23 p.: [Cambridge, Massachusetts], Harvard University, Program on the Global Demography of Aging, 2007 May.
- Bloom, D. E., D. Canning e J.P.; Sevilla. 2003. The Demographic Dividend: A New Perspective on the Economic Consequences of Population Change. www.rand.org.
- Bloom, D. E., Humair, S., Rosenberg, L., Sevilla, J. P., & Trussell, J. (2014). A demographic dividend for sub-Saharan Africa: Source, magnitude, and realization. *Magnitude, and Realization*.
- Bloom, D. E., Kuhn, M., & Prettner, K. (2017). Africa's prospects for enjoying a demographic dividend. *Journal of Demographic Economics*, 83(1), 63-76.
- Bongaarts, John. 1978. A framework for analyzing the proximate determinants of fertility, *Population and Development Review*, 4: 105-32.
- Bongaarts, John. 2015. Modeling the fertility impact of the proximate determinants: time for a tune-up, *Demographic Research*, 33: 535-60.
- Canning, David J., Sangeeta Raja Jobanputra e Abdo S. Yazbeck (ed.)^(eds.). 2015. Africa's demographic transition : dividend or disaster. Washington, D.C.
- Carvalho, Ana Pires de, Luciana Luz e Danielle Cireno Fernandes. 2022. Estudo G: Educação. Estudos Temáticos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de Moçambique, 2017. Maputo: ICON-INSTITUT Public Sector GmbH & Centro de Análise de Políticas (CAP) - Universidade Eduardo Mondlane.
- Cebola, Tomás, Alisson F. Barbieri e Gisela P. Zapata. 2022. Migrações sul-sul: a recente onda de imigrantes zimbabwianos em Tete – Moçambique (2007 – 2016), *Revista Brasileira de Estudos de População*, 39: 1-26, e0188.
- Choi, Y. 2013. Demographic transition in sub-Saharan Africa: implications for demographic dividend. Annual Meeting of the Population Association of America. New Orleans. LA. April 11-13.

Cleland, John. 2012. 'Will Africa Benefit from a Demographic Dividend'. Health & Education Advice & Resource Team. www.heart-resources.org.

Demeny, Paul. 2003. Population Policy: a Concise summary. Policy Research Division Working Papers. Policy Research Division Working Papers. New York: Population Council.

Francisco, António A. da Silva 2017. 'Gerontogrowth' and population ageing in Africa and the Global AgeWatch Index, The Journal of the Economics of Ageing, 9: 78-89.

Garenne, M. (2008). Situations of fertility stall in sub-Saharan Africa. African Population Studies, 23(2).

Goldstein, Joshua R. 2009. How Populations Age. in Peter Uhlenberg (ed.), International Handbook of Population Aging. Dordrecht: Springer Netherlands.

Grupo de Foz. 2021. Métodos demográficos: uma visão desde os países de língua portuguesa São Paulo: Blucher.

ICF Internacional. 2015. The DHS Program STATcompiler. Funded by USAID. <http://www.statcompiler.com>. May 8 2022.

INE. 2013. Panorama Sócio-Demográfico de Moçambique. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

Mason, Andrew, Ronald Lee e Jennifer Xue Jiang. 2016. Demographic dividends, human capital, and saving, The Journal of the Economics of Ageing, 7: 106-22.

Raimundo, Ines e Ramos C. Muanamoha. 2013. A dinâmica migratória em Moçambique. in Carlos Arnaldo e Boaventura M. Cau (eds.), Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique. Maputo: Centro de Pesquisa em População e Saúde.

Ross, E. B. 1998. The Malthus Factor: Population, Poverty and Politics in Capitalist Development London and New York: Zed books.

Shapiro, D., & Gebreselassie, T. (2008). Fertility transition in sub-Saharan Africa: falling and stalling. African Population Studies, 23(1).

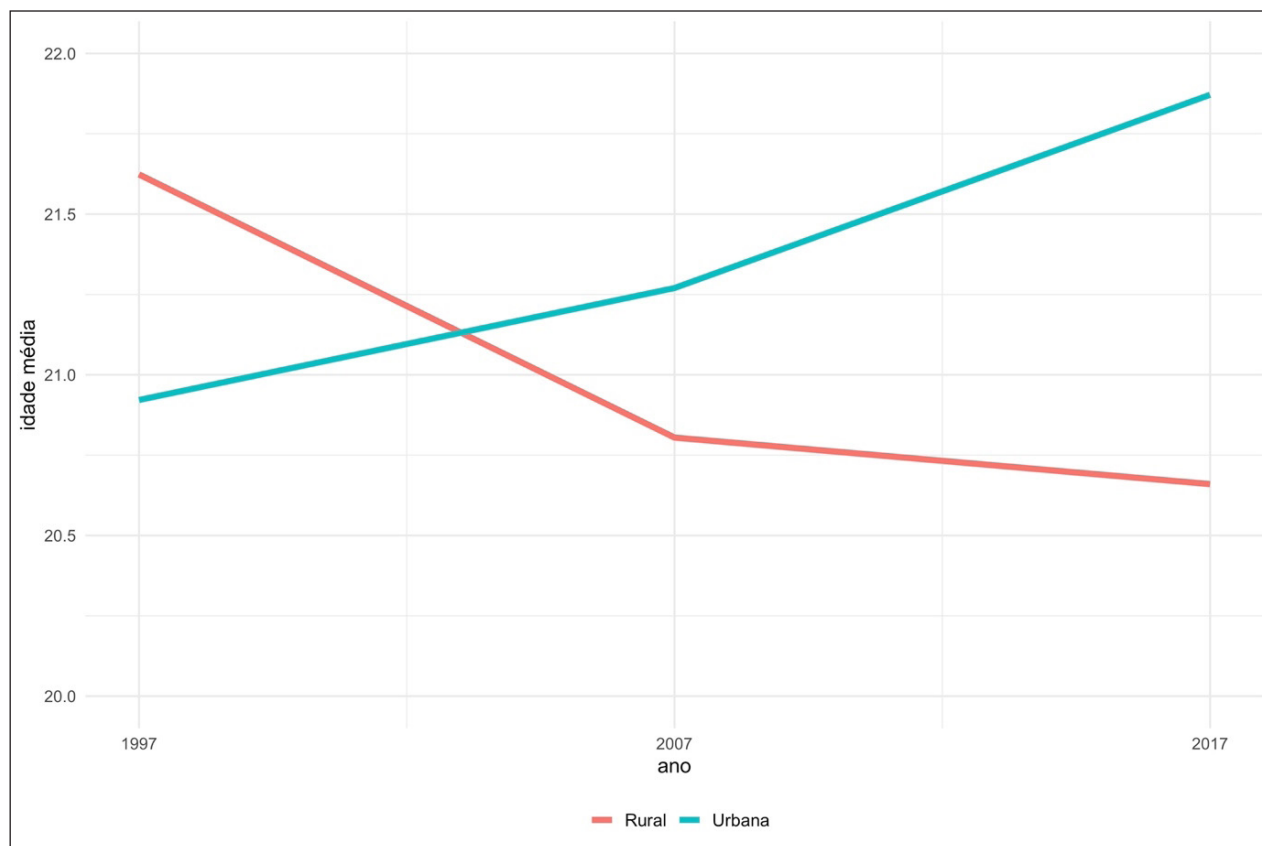
Turra, Cássio M., Rogers Hansine, Serafim A. Alberto, Simone Wajnman, Bernardo L. Queiroz, Ana P. Carvalho, Ramos Muanamoha e Adriana Miranda-Ribeiro. 2022. Estudo A: Avaliação da Qualidade dos Dados do Censo. Estudos Temáticos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de Moçambique, 2017. Maputo: ICON-INSTITUT Public Sector GmbH & Centro de Análise de Políticas (CAP) - Universidade Eduardo Mondlane.

United Nations. 2003. Fertility, Contraception and Population Policies New York: Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat.

United Nations (2022). World Population Prospects 2022. Department of Economic and Social Affairs, Population Division, New York.

9. ANEXOS

Gráfico A.1: Idade média da população de Moçambique por ano e área de residência.
Moçambique, 1997, 2007 e 2017



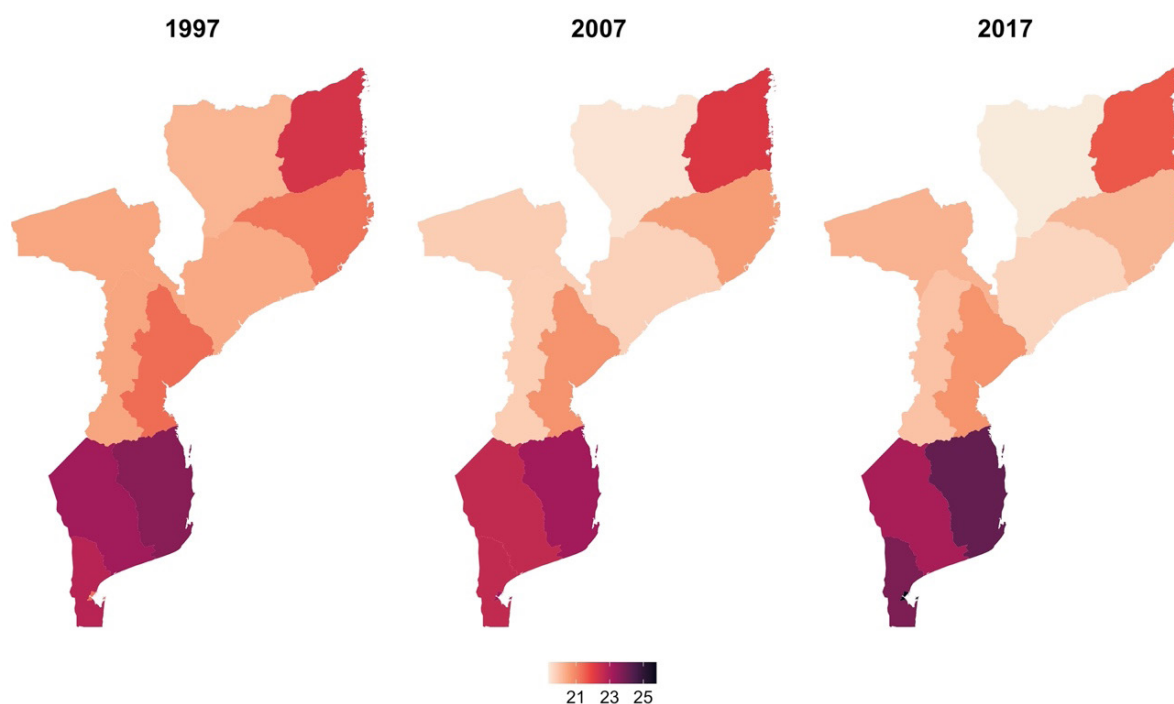
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Quadro A.1: Idade média e desvio padrão por área de residência. Moçambique, 1997, 2007 e 2017

ano	área de residência	idade média	desvio padrão
1997	Urbana	20,9	16,8
1997	Rural	21,6	18,7
2007	Urbana	21,3	17,0
2007	Rural	20,8	18,7
2017	Urbana	21,9	17,5
2017	Rural	20,7	18,7

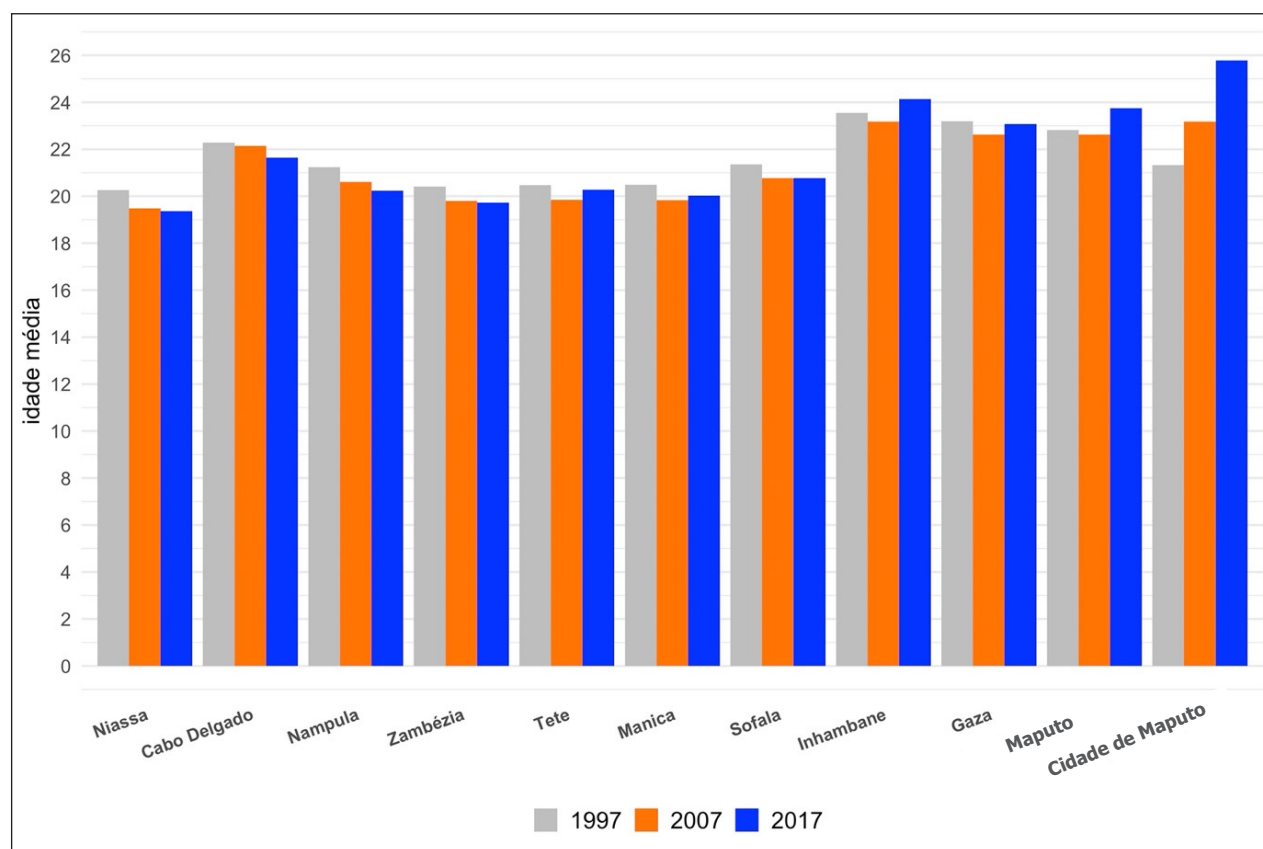
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Figura A.1: Idade média por província. Moçambique, 1997, 2007 e 2017



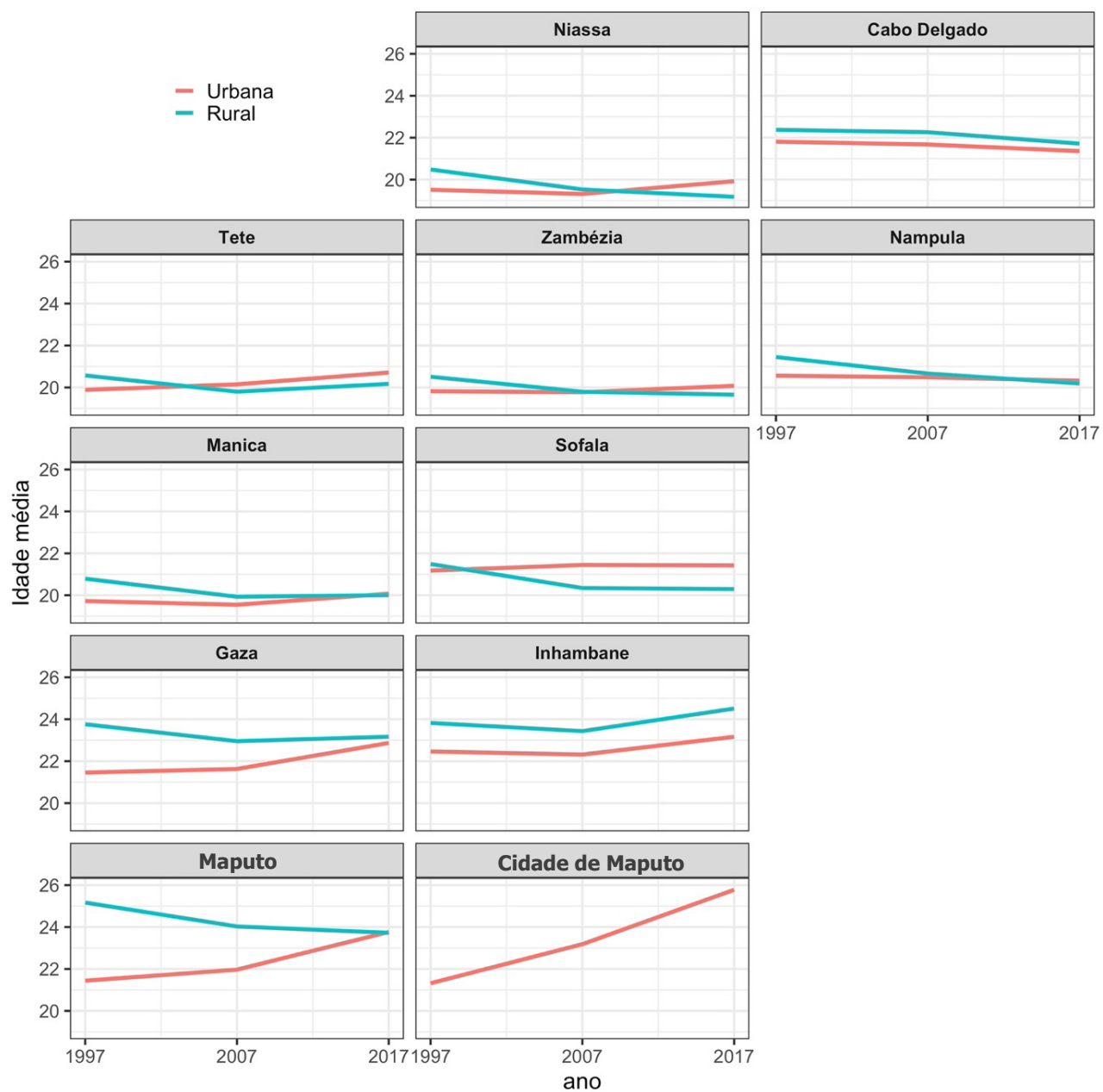
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico A.2: Idade média por província e área de residência. Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico A.3: Idade média por província e área de residência. Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Quadro A.2: Síntese dos indicadores por ano e província. Moçambique 1997, 2007 e 2017

Ano	Província	Idade mediana	Intervalo interquartil	Idade média	Desvio padrão	RDJ	RDI	RDT	RS
1997	Niassa	20,3	17,7	15,2	24,2	96,6	7,8	104,4	96,3
1997	Cabo Delgado	22,3	18,2	17,9	26,3	79,5	8,3	87,8	93,7
1997	Nampula	21,2	18,0	16,9	25,2	87,0	8,0	95,0	99,0
1997	Zambézia	20,4	17,4	16,3	24,1	89,1	7,0	96,1	93,4
1997	Tete	20,5	18,3	14,6	24,1	103,1	9,8	113,0	92,1
1997	Manica	20,5	17,9	15,3	23,6	95,3	8,4	103,8	91,8
1997	Sofala	21,4	17,8	16,8	24,6	83,4	8,0	91,3	94,8
1997	Inhambane	23,6	20,2	16,8	28,0	88,4	15,6	104,0	77,8
1997	Gaza	23,2	20,1	16,4	27,3	89,5	14,9	104,4	74,7
1997	Maputo	22,8	18,9	17,1	25,5	80,6	11,3	91,9	88,7
1997	Cidade de Maputo	21,3	16,3	17,3	22,0	72,3	5,2	77,5	96,8
2007	Niassa	19,5	17,8	13,8	24,2	109,8	8,4	118,2	96,7
2007	Cabo Delgado	22,1	18,8	17,3	26,9	86,5	10,1	96,6	93,7
2007	Nampula	20,6	18,1	15,2	25,5	99,2	8,5	107,7	96,8
2007	Zambézia	19,8	17,7	14,1	24,4	107,1	7,9	115,0	92,9
2007	Tete	19,8	18,0	14,2	23,3	106,9	9,0	115,9	94,9
2007	Manica	19,8	17,7	14,5	22,5	103,2	8,6	111,9	91,8
2007	Sofala	20,8	18,0	15,3	23,8	96,4	8,5	104,9	94,0
2007	Inhambane	23,2	20,5	16,2	27,6	96,5	16,7	113,2	80,2
2007	Gaza	22,6	19,9	16,2	25,2	94,3	14,5	108,8	80,8
2007	Maputo	22,6	18,3	18,2	24,3	76,7	9,3	86,0	91,1
2007	Cidade de Maputo	23,2	17,1	19,8	22,6	60,5	6,2	66,7	93,9
2017	Niassa	19,4	17,6	13,7	22,6	111,5	8,4	119,9	94,3
2017	Cabo Delgado	21,6	19,0	15,8	25,7	97,7	11,8	109,4	93,6
2017	Nampula	20,2	18,1	14,4	24,0	105,3	9,0	114,3	94,3
2017	Zambézia	19,7	17,7	14,1	22,9	107,6	8,3	115,9	92,1
2017	Tete	20,3	17,8	15,0	22,6	99,8	9,2	109,0	95,4
2017	Manica	20,0	17,7	14,8	22,1	101,6	9,1	110,7	91,3
2017	Sofala	20,8	17,9	15,7	22,4	93,0	9,2	102,1	93,2
2017	Inhambane	24,1	20,5	16,8	27,6	88,0	16,5	104,6	84,2
2017	Gaza	23,1	19,8	16,4	25,9	90,2	14,4	104,6	82,7
2017	Maputo	23,7	18,0	19,6	25,2	65,8	8,3	74,1	91,4
2017	Cidade de Maputo	25,8	18,4	21,9	25,1	50,1	9,2	59,3	93,8

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Av. 24 de Julho, nº 1989, C. Postal 493
Email: info@ine.gov.mz
Web: www.ine.gov.mz Maputo - Moçambique

